

O uso e a importância das Demonstrações Financeiras nas Misericórdias do Distrito de Viseu

Joana Pinto Abrunhosa

Monografia

Dissertação de Mestrado em Gestão das Organizações Sociais

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professor Doutor Rui Costa

Lamego, 2021

RESUMO

A atual evolução e mudanças da sociedade faz com que as Entidades do Setor Lucrativo estejam em constante evolução. Também a nível contabilístico essa evolução é evidente sendo que as Entidades têm de se manter atualizadas para conseguirem dar respostas às exigências estabelecidas pela sociedade. No ano de 2011 surgiu pelo decreto lei 36-A/2011, o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo que passou a ser obrigatório a partir do ano de 2012. A presente dissertação de mestrado tem como finalidade estudar a importância das demonstrações financeiras nas Misericórdias do distrito de Viseu, se estas são ou não de difícil interpretação para e se influenciam nas tomadas de decisão. O questionário foi respondido por um elemento constituinte da mesa administrativa.

Palavras-chave:

Misericórdias; Contabilidade; Gestão; Entidades do Setor não Lucrativo

ABSTRACT

The current evolution and changes of society makes the Profit Sector Entities attractive in constant evolution. Also at the accounting level, this evolution is evident since as Entities it has to keep up to date in order to be able to respond to the demands demanded by society. In 2011, decree law 36-A / 2011 created the accounting standardization regime for Non-Profit Sector Entities, which became mandatory as of 2012. This master's dissertation aims to study the importance of accounting in the Misericórdias in the district of Viseu, whether or not they are difficult to interpret for and influence decision-making. The questionnaire was answered by a member of the administrative desk.

Key words:

Misericórdias; Accounting; Management; Non-Profit Sector Entities

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar os meus mais sinceros reconhecimentos a todos os que fizeram parte deste percurso e desta dissertação de mestrado, assim manifesto o meu agradecimento:

- Ao Doutor Professor Rui Costa por ter orientado a minha dissertação de mestrado, pela paciência, incentivo, por todas as respostas e ajuda ao longo deste percurso.

- A todos os professores da ESTGL que me acompanharam ao longo do mestrado, o meu muito obrigado porque também eles contribuíram para o resultado final deste trabalho.

- Há minha família, ao meu pai, irmãos e avós, que sempre me apoiaram. Há minha mãe por toda a compreensão e por me ajudar alcançar os meus sonhos. Ao Ricardo, que sempre me incentivou a não desistir, que sempre teve uma palavra de coragem a dar e que muitas vezes sofreu com o meu nervosismo. Há minha amiga Marina, por me acompanhar ao longo desta caminhada. Há minha madrinha e amiga Analiza, por a ajuda e paciência com este trabalho.

- A todas as Misericórdia do Distrito de Viseu e colaboradores que aceitaram participar no estudo, sem a sua ajuda, parte do trabalho não seria possível concretizar.

A todos, o meu muito obrigada.

ÍNDICE GERAL

CONTEÚDO

ÍNDICES ESPECÍFICOS	8
Índice de Figuras	8
Índice de tabelas	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
Apresentação do estudo.....	17
I.1 – Especificação do tema	19
I.2 – Delimitação da abordagem	19
1.3 – Objetivos gerais e específicos	19
1.4 - Justificação e relevância	20
I.5 – Apresentação do problema de investigação	20
II.1 – Economia Social	23
II.1.4 – Breve história das Misericórdias	31
II.2 – Informação Contabilística – história	35
II.2.1 – Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo ...	37
II.2.2 – Utilizadores das Demonstrações Financeiras	41
II.2 – População e amostra	47
II.3 – Técnicas de recolha de dados (instrumentos)	49
II.4 – Técnicas de análise de dados	50
Apresentação, análise e interpretação de dados.....	53
IV.1.1 – Análise Institucional	54
IV.1.1 – Análise do inquirido	57
IV.1.2 – Informação financeira	58
IV.1.3 – Cruzamento de alguns dados	63
CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

ANEXOS	80
Anexo 1	81
APÊNDICES	91

ÍNDICES ESPECÍFICOS

Índice de Figuras

Figura 1 - Tipos de acordos	25
Figura 3 - Encargos contabilísticos das IPSS	29

Índice de tabelas

Tabela 1 - Comparticipação por resposta Social	27
Tabela 2 - Diversos utilizadores das DF	42
Tabela 3 – Misericórdias do Distrito de Viseu	47
Tabela 4 - Respostas sociais referentes a cada Misericórdia	54
Tabela 5 - Número de funcionários e tipologia contratual	56
Tabela 6 - Género do Inquirido	57
Tabela 7 - Forma como a contabilidade é efetuada	58
Tabela 8 - Regularidade com que solicita informação financeira	58
Tabela 9 - Características mais relevantes do SNC - ESNL	59
Tabela 10 - Grua de importância e dificuldade das DF	59
Tabela 11 - Grau de importância de cada DF	60
Tabela 12 - Grau de importância para os diversos utilizadores	60
Tabela 13 - Quando o inquirido necessita de uma informação financeira:	61
Tabela 14 - Qual a importância das DF serem publicadas no Web Site	62
Tabela 15 - Grua de importância do ROC e do SNC - ESNL	62
Tabela 16 - Género do Inquirido X Qual o cargo que ocupa na Mesa Administrativa	63
Tabela 17 - Cargo que ocupa na Mesa Administrativa X Grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão	63
Tabela 18 - Há quanto tempo ocupa funções na Mesa Administrativa VS Grau de dificuldade da interpretação das DF	64
Tabela 19 - Cargo que ocupa na Mesa Administrativa VS Importância das DF serem publicadas no Web site	64
Tabela 20 - Qual a regularidade que solicita informação financeira VS Qual o grau de dificuldade da interpretação das DF Misericórdia >100 funcionários	65
Tabela 21 - Qual a regularidade que solicita informação financeira VS Qual o grau de dificuldade da interpretação das DF Misericórdia <100 funcionários	65

Tabela 22 - A Contabilidade é efetuada de que forma VS Qual o grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão Misericórdia >100 funcionários	66
Tabela 23 - A Contabilidade é efetuada de que forma VS Qual o grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão, Misericórdia <100 funcionários	66
Tabela 24 - Número de respostas recolhidas no total	93
Tabela 25 - Resposta Social Creche	94
Tabela 26 - Resposta Social Jardim de Infância	94
Tabela 27 - Resposta Social Pré-escolar	94
Tabela 28 - Resposta Social Centro de Atividades Ocupacionais	94
Tabela 29 - Resposta Social Atividades de Tempo Livre	95
Tabela 30 - Resposta Social Centro de Acolhimento Temporário	95
Tabela 31 - Resposta Social Centro Local de Desenvolvimento	95
Tabela 32 - Resposta Social Cantina Social	95
Tabela 33 - Resposta Social Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas	96
Tabela 34 - Resposta Social Unidade de Cuidados Continuados Integrados	96
Tabela 35 - Resposta Social Serviço de Apoio Domiciliário	96
Tabela 36 - Resposta Social Residência autónoma	96
Tabela 37 - Resposta Social Apoio em regime ambulatorio	97
Tabela 38 - Resposta Social Rendimento Social de Inserção	97
Tabela 39 - Resposta Social Rede local de inserção	97
Tabela 40 - Resposta Social “Outra”	97
Tabela 41 – Número total de Colaboradores	98
Tabela 42 - Tipologia de Contratos	98
Tabela 43 - Idade do Inquirido	98
Tabela 44 - Grau mais elevado de formação académica	99
Tabela 45 - Área de Formação Académica	99
Tabela 46 - Formação Complementar na área da Gestão e Economia	99
Tabela 47 - Cargo que ocupa na Mesa Administrativa	100
Tabela 48 - Há quanto tempo ocupa funções na Mesa Administrativa	100
Tabela 49 - Característica do SNC-ESNL - Relevância	100
Tabela 50 - Característica do SNC - ESNL – Fiabilidade	101
Tabela 51 - Característica do SNC - ESNL - Comparabilidade	101
Tabela 52 - Característica do SNC - ESNL - Compreensibilidade	101
Tabela 53 - Característica do SNC - ESNL - Materialidade	101

Tabela 54 - Característica do SNC - ESNL - Oportunidade	101
Tabela 55 - Característica do SNC - ESNL - Objetividade	102
Tabela 56 - Grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão	102
Tabela 57 - Grau de dificuldade da interpretação das DF	102
Tabela 58 - Grau de importância da DF - Balanço	102
Tabela 59 - grau de importância da DF - DRN	103
Tabela 60 - Grau de importância da DF - DRF	103
Tabela 61 - Grau de importância da DF - DFC	103
Tabela 62 - grau de importância da DF - Alteração de fundos patrimoniais	103
Tabela 63 - Grau de importância dos Anexos	104
Tabela 64 - Importância das DF para a Administração	104
Tabela 65 - Importância das DF para os colaboradores	104
Tabela 66 - Importância das DF para os clientes	104
Tabela 67 - Importância das DF para o público em geral	105
Tabela 68 - Importância das DF para os fornecedores	105
Tabela 69 - Importância das DF para os Mesários	105
Tabela 70 - Importância das DF para os Mutuários	106
Tabela 71 - Mais-valia o contributo do ROC no processo de prestação de contas	106
Tabela 72 - Importância do SNC_ESNL na prestação de contas da Misericórdia	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ATL – Atividades de tempos livres
- CAO – Centro de atividades Ocupacionais
- CAT – Centro de Alojamento Temporário
- CAR – Centro de Alojamento Residencial
- CEE – Comunidade Económica Europeia
- CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social
- DF – Demonstração Financeira
- ERPI – Estrutura Residencial para pessoas Idosas
- ESNL – Entidades do Setor não Lucrativo
- IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
- ONG – Organização não-governamental
- POC – Plano Oficial de Contabilidade
- RLIS – Rede Local de Intervenção Social
- RSI – Rendimento Social de Inserção
- SAD – Serviço de Apoio Domiciliário
- SCM – Santa Casa da Misericórdia
- SNC – Serviço Nacional de Contabilidade
- SPSS – *Software IBM SPSS Statistics*
- UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

INTRODUÇÃO

Nota complementar

É indiscutível o papel que as Entidades do Setor não Lucrativo apresentam para a sociedade em geral. Também é certo, que esta importância se deve à constante transformação da sociedade, com o passar do tempo, as mudanças vão acontecendo, não só no ser humano como nos valores, políticas e até no enquadramento legal. Posto isto, as ESNL, tem de acompanhar este ritmo de mudança, porque trabalham em função das pessoas e das suas necessidades.

A contabilidade e tudo o que ela engloba, tem um papel fundamental para a gestão das entidades sociais. Esta, não está só associada à informação financeira, abrange muito mais, o que permite às organizações sociais, terem uma visão daquilo que está acontecer e que poderá vir a acontecer num futuro. Esta técnica tem as suas origens no antigo Egipto, onde servia para registar e controlar informação, até aos dias de hoje, evoluiu e é vista como um sistema informativo, apoiando as tomadas de decisões e controlo de gestão.

Posto isto, é muito importante verificar a importância das demonstrações financeiras para as organizações sociais, compreender de que modo isso influencia na tomada de decisão, pois uma boa leitura das demonstrações financeiras, é caminho andado para a realização de propostas de melhoria para a entidade, ou, por outro lado, perceber se algo está errado e a dar prejuízo, e o que poderá ser feito.

Posto isto, a presente dissertação de mestrado, está dividida em quatro capítulos, o primeiro apresenta o estudo, a especificação do tema, delimitação da abordagem, objetivos gerais e específicos, justificação e relevância do tema e por último, o problema de investigação. No segundo capítulo, é apresentada a moldura teórica, onde está enquadrado breves resenhas da temática apresentada, nomeadamente: economia social; terceiro setor; instituições particulares de solidariedade social; breve história das misericórdias; história da informação contabilística; normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo e por último os diversos utilizadores das demonstrações financeiras. O Capítulo, terceiro, engloba o desenho metodológico, a população e amostra, técnicas de recolha de dados e técnica de análise de dados. Por último, no quarto capítulo, é apresentada e analisada a recolha de dados efetuada, depois disso é apresentada a conclusão e onde são expostas as limitações do trabalho efetuado bem como sugestões de investigações futuras.

A parte prática, consistiu um estudo pelas Misericórdias do distrito de Viseu, onde o principal objetivo é verificar a importância das demonstrações financeiras.

CAPÍTULO I

Apresentação do estudo

I.1 – Especificação do tema

O tema proposto para a dissertação de Mestrado em Gestão de Organizações Sociais, é: “O uso e a importância das demonstrações financeiras nas Misericórdias do distrito de Viseu”.

Assim, pretende-se estudar, se as misericórdias consideram importante o uso das demonstrações financeiras e se as utilizam corretamente, para uma melhoria no seu processo de gestão.

I.2 – Delimitação da abordagem

O tema terá uma delimitação de três aspetos, que serão: a nível conceptual, a nível geográfico e o universo/ amostra.

A nível conceptual podemos verificar os seguintes temas: economia social; Terceiro Setor; Instituições Particulares de Solidariedade Social; Breve história das Misericórdias; Breve história da Informação Contabilística, Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo e Utilizadores das Demonstrações Financeiras.

A nível geográfico, o estudo irá incidir no Distrito de Viseu. Irá ser realizada uma breve caracterização misericórdias para a delimitação do universo.

Por sua vez, o universo incidirá no distrito de Viseu, mais precisamente nas Santas Casas de Misericórdia. Estas, irão ser apuradas através da lista disponível no *site* das misericórdias Portuguesas.

1.3 – Objetivos gerais e específicos

Como primeiro objetivo geral pode afirmar-se: Concetualizar Normalização Contabilística, evidenciando os principais conceitos:

- Delimitação e contextualização da economia social;
- Identificar as marcas normativas das Entidades do Setor não Lucrativo;
- Sistematizar o conceito de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo.

Segundo Objetivo Geral: Verificar a importância do uso das demonstrações financeiras para as Misericórdias.

- Caracterizar o universo de estudo ao nível organizacional, histórico e geográfico;

- Recolher os dados que permitam caracterizar a realidade das Misericórdias do distrito de Viseu, ao nível da real importância que as demonstrações financeiras possuem;
- Desenvolver uma análise crítica acerca dos dados recolhidos.

Terceiro Objetivo Geral: Compreender de que modo o uso das demonstrações financeiras, influenciam tomadas de decisões por parte da mesa administrativa de uma Misericórdia.

- Analisar de que modo as demonstrações financeiras influenciam ou não, as Misericórdias a implementar novas atividades;
- Utilidade das Demonstrações financeiras para os membros da mesa administrativa;
- Construir uma perceção de grande utilidade das Demonstrações financeiras na tomada de decisão;

1.4 - Justificação e relevância

A justificação do estudo prende-se com o facto da relevância teórica do estudo e da motivação pessoal, porque é uma área com um número reduzido de estudos pelo que é motivador ir complementar.

A Gestão Económico-financeira tem por objetivo tratar e melhorar os resultados apresentados por uma organização assim como preservar o seu património. A normalização contabilística para as instituições particulares de solidariedade social, diz respeito à criação de regras contabilísticas próprias. É uma área com um vasto conjunto de demonstrações financeiras que devem ser bem implementadas porque são muito úteis para as instituições organizarem o orçamento anual bem como tomarem decisões.

A nível pessoal, é uma área de muito interessante na sua abordagem de forma a consolidar a temática. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e evidenciou-se a inexistência do tema em Portugal, sendo que foi mais uma motivação para a concretização desta dissertação.

É também motivador, perceber se existe uma profissionalização a nível da gestão nas Misericórdias do distrito.

1.5 – Apresentação do problema de investigação

Qual a importância das demonstrações financeiras, nas tomadas de decisões a nível da gestão, nas Misericórdias do distrito de Viseu?

Capítulo II

Moldura Teórica

II.1 – Economia Social

Em termos históricos, a economia social, está ligada as associações e cooperativas constituindo assim os seus primórdios. Os valores e princípios, inicialmente redigidos pelas primeiras associações, serviu para a formação do conceito moderno de economia social, composto por: Cooperativas, associações, fundações e mutualistas.

Pode definir-se economia social como sendo o:

“Conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamentos, e em que a distribuição pelos sócios de eventuais lucros os excedentes realizados, assim como a tomada de decisões, não estão diretamente ligadas ao capital ou às cotizações dos seus associados, correspondendo um voto a cada um deles” (CIRIEC, 2007).

A economia social, tem um peso significativo para o país, sendo que nas últimas décadas tem vindo a reforçar essa ideia, pois contribui de forma eficaz para a resolução dos problemas sociais, existentes. É também indispensável para um desenvolvimento económico que seja sustentável e eficaz pois adequa os serviços às necessidades, dando ênfase as atividades económicas ao inverso dos serviços das necessidades sociais.

Foi através da lei nº 66-A/2012 de 31 de dezembro que foram aprovadas as medidas políticas e de investimentos inseridas nos planos orçamentais e de desenvolvimento da sociedade da economia em Portugal.

Ainda no sentido de promover a sustentabilidade financeira das instituições sociais, o Orçamento de Estado para 2012, garantiu a salvaguarda da isenção de IRC para as instituições sociais e foi, ainda, possível garantir a instituições sociais a devolução de 50% do IVA com as despesas em obras (Jacob & Santos, 2013).

Para além do citado a cima foi revigorada a verba da ação social para as instituições reforçarem as suas respostas sociais e conseguirem dar apoio às famílias que assim o necessitam. Prossegue também o esforço de acompanhar e suportar legalmente o acordo entre o estado e as instituições, bem como continuar a desenvolver o trabalho de modernização do sistema de registo das instituições (Jacob & Santos, 2013).

Existem atualmente novas correntes de carácter económico e social com natureza associativista que não se introduzem nos habituais setores de emprego, estes situam-se entre o setor privado e o setor público.

Segundo Ferreira 2010, cit. por: Jacob & Santos, 2013, “ a economia social constitui uma alternativa a visões redutoras da economia enquanto área do saber e o objeto de estudo”. Assim, como pilares fundamentais das iniciativas de produção e de consumo em permuta do interesse próprio e da concorrência, encontra-se a defesa da associação e da cooperação.

Esta, está então associada a funções do estado, sendo distribuidora de serviços gratuitos ou de baixos custos e é também reguladora da economia através da criação de emprego. Porém, o que a distingue do setor público é o estatuto jurídico que lhe está subjacente, as atividades que tem em seu encargo e o modo como funciona.

Este conceito coloca em evidência um modelo de empresa que respeita os valores comuns, particularmente a “primazia democrática, a participação dos parceiros sociais, os objetivos sociais sobre o lucro pessoal; a defesa e implementação dos princípios da solidariedade e da responsabilidade; adesão livre e voluntária...” entre outros (Assembleia da República, 2013). A economia social, desenvolve-se mais facilmente nas áreas que são próximas à comunidade, por estas áreas entende-se os serviços prestados pela família, anteriormente, no espaço doméstico e atualmente são prestados por terceiros, havendo a necessidade de existir um relacionamento entre o prestador de cuidados e o cliente, por exemplo serviços: sociais; lazer; culturais e de ambiente.

Todavia, não existe grande disparidade do conceito de economia social, nas dimensões legais e jurídicas, de país para país na Europa. Existe sim, países onde as organizações sociais têm um grande poder económico e são parceiros sociais muito fortes, já em Portugal, só nos últimos anos este conceito tem vindo a desenvolver em força.

A lei de bases da economia social, Lei nº 30/ 2013, de 8 de maio, diz-nos que “... quanto ao setor cooperativo e social, as bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhes são próprios.” (Artg nº1). (Assembleia da República, 2013).

Para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos, mediante a concessão de bens e prestações de serviços:

- a) Apoio a crianças e jovens;
- b) Apoio à família;
- c) Apoio à integração social e comunitária;
- d) Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade de autossustento;
- e) Promoção e proteção, nomeadamente através de prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- f) Educação e formação profissional dos cidadãos;
- g) Resolução dos problemas.”

As Instituições Particulares de Solidariedade Social, para alcançarem os objetivos a que se propõem, no âmbito da Segurança social, criam respostas de ação social, em equipamentos e serviços, através de programas e projetos públicos e através de acordos de cooperação com a Segurança Social. A celebração dos acordos de cooperação, garante a autorização direta de prestações em equipamentos e serviços à sociedade, ou Acordos de Gestão, que transferem a gestão de serviços que pertencem ao Estado para as IPSS (Pires & Gomes, 2014).

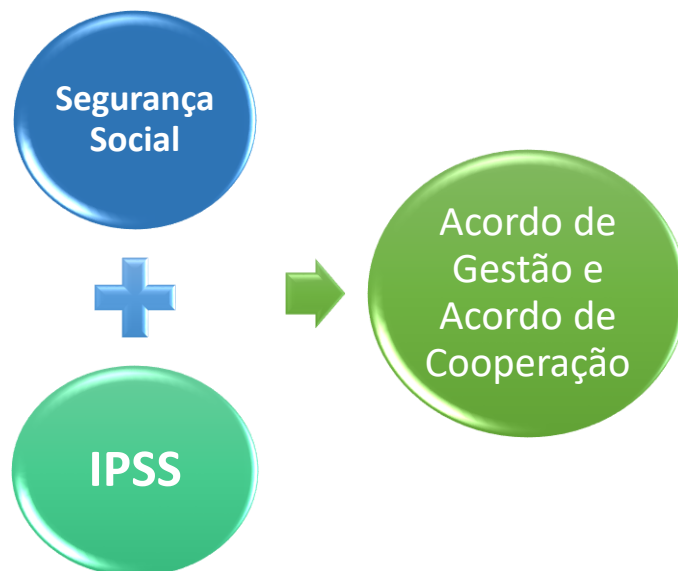


Figura 1 - Tipos de acordos

Fonte: Elaboração própria, 2020

Os acordos de gestão e cooperação aparecem nos decretos: nº185/2002 e nº138/2013. O legislador utilizou diferentes terminologias na redação dos decretos, sendo que no primeiro, aparece o termo «contrato» e no segundo «acordos», poderia isto indicar que

estas terminologias ditavam naturezas diferentes, mas não é o caso, uma vez que existe uma variedade de conceitos e todos eles são sinónimos, a falta de dissemelhança terminológica é devida à ausência de sistematização doutrinal (Oliveira, 2016).

Todavia, os conceitos referidos, dizem respeito a mecanismos constitutivos, de relações entre o Estado e outras entidades podendo ser de carácter público ou privado, com ou sem fins lucrativos. Estes não apresentam uma natureza distinta, significa isto que o Estado estabelece relações com os vários setores, incluindo as IPSS, onde está em causa o interesse público (Oliveira, 2016).

Os acordos que são celebrados dizem respeito a apoios financeiros que permitam o bom funcionamento das organizações da economia social, sendo que também é dado apoio técnico e outros financeiros, através de diferenciados programas de investimento para a criação ou remodelação de instalações sociais (Pires & Gomes, 2014).

O Decreto – Lei nº 138/2013, apresenta o mecanismo jurídico de regulação entre o terceiro setor e a administração no seguimento de interesses públicos, assim como a delegação de tarefas públicas à administração nas instituições do terceiro setor.

Os acordos de gestão, apresentam a sua qualificação jurídica como contrato administrativo e o seu objeto de acordo imediato é a gestão do estabelecimento, ou seja, “as IPSS vinculam-se no acordo e perante a Administração de assumir obrigações”, como cumprir um conjunto de comportamentos traduzindo-se na prática de atos e operações com vista a gerir os estabelecimentos. Este acordo pode ser classificado como um contrato misto, ou seja, abrange cláusulas específicas mas também cláusulas de obrigação, onde tem de cumprir atividades e serviços vários. Cabe às entidades das IPSS proceder à instalação das atividades ou serviços e comunicar à Administração (Oliveira, 2016).

Os acordos de cooperação apresentam também uma qualificação jurídica, estabelecendo uma relação deste tipo com o destinatário final. Numa primeira instância, enquadram-se na “Administração ao abrigo de programas ou projetos”, esta delega às IPSS a função de executar esses programas ou projetos, destes, a gestão e o financiamento são públicos e as IPSS tem de gerir todo o processo, é de direta responsabilidade. Os destinatários são os utentes das instituições e terceiros. Numa segunda instância existe outro acordo de cooperação, descrita no decreto, e aqui a natureza é privada porque cabe à instituição desenvolver atividades, da sua inteira responsabilidade, é o Estado que financia, se

reconhecer que a atividade a desenvolver é de utilidade social e possa trazer vantagens. Como é um acordo de cooperação, o Estado financia, mas a IPSS tem de orientar e programar segundo os objetivos da administração. Ambas as espécies têm diferenças, mas tem em comum a obrigatoriedade de a IPSS assumir as atividades (Oliveira, 2016).

Para além dos acordos celebrados para sustentar as respostas sociais bem como a instituição, é também participado a nível financeiro o número de utentes abrangidos pelos acordos, tendo em atenção a resposta social a que estão inseridos, variando o valor da comparticipação. É revisto o acordo, a cada seis meses e sempre que exista uma redução de 8% no número dos utentes, caso não esteja prevista essa redução, as deduções mensais permanecem inalteradas. Aplica-se nas respostas sociais: CAR; CAT; Pré- Escolar e Creche, ATL e Casas de Abrigo. Nas respostas sociais de ERPI, Lar residencial e Centro de Alojamentos Temporários, existem vagas de reserva que em acordo com a Segurança Social, poderão ser ocupadas como vagas de ocupação (Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, 2020).

Na seguinte tabela, são apresentadas as comparticipações financeiras, que se pode denominar de protocolo, que a Segurança Social, assegura por mês, a cada utente, por resposta social:

Tabela 1 - Comparticipação por resposta Social

Resposta Social	Valor em €
Lar Residencial	1062.98
ERPI	396.57
Centro de Dia	117.11
SAD	269.63
Centro de Noite	283.67
Creche	273.87
CAR	740.44
CAO	538.95
CAT (com almoço)	88.08
CAT (Sem almoço)	70.63
CAT (Horário estendido e interrupções letivas, com almoço)	73.82
CAT (Horário estendido e interrupções letivas, com almoço)	46.92

Fonte: Elaboração própria, segundo Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, 2021

No que concerne à resposta social, ERPI, existem utentes mais dependentes e outros menos, o que vai fazer variar o valor do acordo celebrado.

Tendo em conta, o descrito acima, pode resumir-se acordos de gestão, cooperação e protocolos, por um esquema simples, todas estas terminologias estão presentes no dia-a-

dia das IPSS, sendo que foram criadas para assegurar que as instituições possam ter capacidade para assegurar os fins sociais a que se destinam, para isso o Estado e as organizações, celebram um pacto com vista a alcançar determinados objetivos, esse pacto está subjacente nos dois tipos de acordo e nos protocolos existentes:

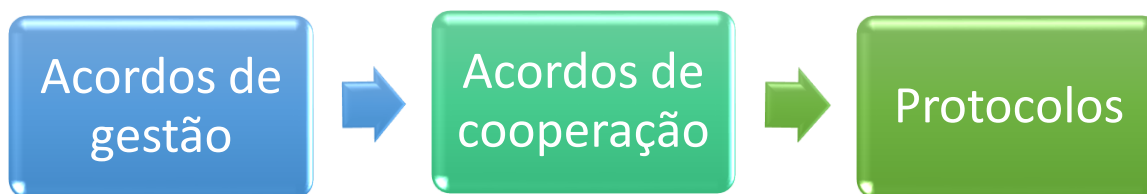


Figura 2 - Tipos de acordos entre o Estado e as IPSS

Fonte: Elaboração própria, 2021

A nível jurídico, as Instituições Particulares de Solidariedade Social podem assumir diferentes termos:

- a) Associações de Solidariedade Social;
- b) Associações de Voluntários de Ação Social;
- c) Associações de Socorros Mútuos ou Associações Mutualistas (Mutualidades);
- d) Fundações de Solidariedade Social;
- e) Irmandades da Misericórdia ou Santas Casas da Misericórdia (SCM).

Os centros paroquiais ou todas aquelas que tiverem ligações de cariz religioso, ficam aos encargos do artigo nº 41, Fundações de Solidariedade Social. Se as instituições estiverem ligadas à Igreja Católica ficam sujeitas ao “Regime da Concordata assinada entre a Santa Sé e a República Portuguesa em 7 de Maio de 1940” (Jacob & Santos, 2013).

O seu exercício terá como objetivo a ação social, prevenir situações de exclusão social ou carência, ou algum tipo de discriminação ou marginalização. Por outro lado, promove a integração na sociedade, desenvolve atividades de cariz familiar que apoie os jovens, terceira idade, deficientes e a toda a população em geral que necessite (Jacob & Santos, 2013).

Uma IPSS, após registar-se no Instituto da Segurança Social, passa a ter que obedecer a um conjunto de encargos contabilísticos, tem de entregar às entidades tuteladoras o Orçamento e contas anuais, sendo que desde o ano de 2009 passou a ser obrigatória a entrega por via eletrónica, através da aplicação, denominada OCIP (Orçamento e Contas das Instituições Particulares).

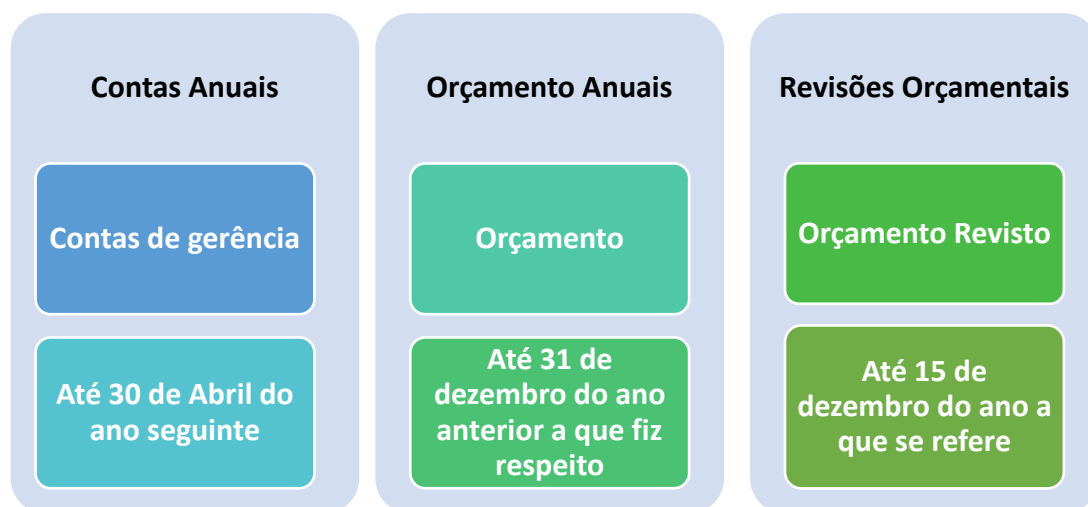


Figura 2 - Encargos contabilísticos das IPSS

Fonte: Elaboração própria, 2020

A nível de obrigações que têm de ser cumpridas, as contas anuais tem de ser enviadas até ao dia 31 de maio, do ano N+1, esta data pode sofrer alterações, dependendo da Seguração Social. Os Orçamentos anuais são feitos na aplicação OCIP, durante o mês de Dezembro, do ano N-1. As Revisões orçamentais, devem ocorrer até ao 15 de novembro do ano N (Guia prático do OCIP, 2021).

É necessário preencher três condições para a entrega das Contas por via eletrónica, ser válida, são elas:

- Ser IPSS ou equiparada e que seja financiada pelo ISS;
- Estar registada na SS Direta;
- Ter as Contas regularizadas, dos anos anteriores.

O incumprimento das obrigações, no processo de entrega das contas e orçamentos, poderá levar a uma suspensão do pagamento do acordo com a SS ou até num cancelamento do registo como IPSS (Guia prático do OCIP, 2021).

Ocorrem ainda contraordenações para as entidades que não cumpram com o pedido, nomeadamente e segundo o artigo 17º do decreto-lei nº 36/A de 2011,

...”as ESNL que não respeite qualquer das disposições constates na norma contabilística e de relato financeiro que esteja obrigada a aplicar, distorcendo com tal prática as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas que seja, por lei, obrigada a apresentar é punida com coima de €500 a €10 000.”

As ESNL que procedam às alterações das demonstrações financeiras de forma propositada, ou não apresentem qualquer tipo de DF, ficam também obrigadas, por lei, a pagar uma coima que vai de 500€ a 15.000€ (Decreto-Lei nº 36/A de 2011).

Caso as infrações sejam praticadas a título negligente, as coimas referidas passam para metade. O valor da coima é determinado segundo os “capitais próprios ou dos fundos patrimoniais e do total dos rendimentos...”, bem como a condição económica da entidade que cometeu a infração. O valor que a entidade tem a pagar, reverte em 60% para o estado e 40% para a comissão de normalização contabilística (Decreto-Lei nº 36/A de 2011).

É possível, enviar uma correção das contas, caso a entidade detete alguma anomalia e neste caso solicitar uma “correção por via eletrónica na aplicação do OCIP”, deverá posteriormente aguardar autorização para proceder à alteração (Guia prático do OCIP, 2021).

Quando o processo de contas, é analisado, pode ser necessário entregar ou substituir documentos e/ou alguma prestação de esclarecimento aos serviço, sendo assim a ESNL, recebe no *e-mail* da plataforma, um comunicado, dispondo de 30 dias para proceder ao que lhe é pedido, caso passe o prazo ou a entidade não responda, o processo pode ser considerado em estado de PIA, processo invalidado automaticamente (Guia prático do OCIP, 2021).

As demonstrações financeiras devem ser entregues de forma a serem identificadas claramente, ou seja, devem ter o nome correto para serem bem distinguidas de outra informação que possa ser publicada posteriormente. O Instituto da Segurança social solicita que estas contenham: o nome da entidade; a data do balanço anterior, bem como a data do atual e o nível de arredondamento utilizado (Pires e Gomes, 2014).

Para além das DF a entregar, as entidades têm ainda de entregar uma série de documentos, de carácter obrigatório, são:

- Declaração de responsabilidade pela publicação das contas no *site* da Instituição;
- Certificação legal de contas, quando aplicável;
- Parecer do conselho fiscal;
- Ata de aprovação das contas pelo órgão de administração ou ata de aprovação pela assembleia geral dos associados;
- Anexo;

- Balancete analítico do encerramento de exercício;
- Balancete analítico imediatamente anterior ao encerramento de exercício;
- Mapa de trabalho voluntário de carácter facultativo (Guia prático do OCIP, 2021).

Quando verificada a legalidade das contas, pode conter três estados:

- Verificada a legalidade;
- Verificada a legalidade com inconformidades contabilísticas e/ou outras;
- Não verificada a Legalidade.

Estes estados, ficam disponíveis no site do OCIP, para consulta e possível impressão e o relatório de análise técnica que contém considerações mais relevantes a serem tomadas em conta (Guia prático do OCIP, 2021).

As Demonstrações financeiras, são importantes para as IPSS, na medidas que facultam, aos demais utilizadores, informações úteis na tomada decisões, quando esta quer investir em alguma coisa, por exemplo, na responsabilidade do gestor, na avaliação das instituições em liquidar compromissos financeiros, na atribuição de benefícios aos colaboradores e na regulamentação das atividades do futuro (Santos, 2014).

II.1.4 – Breve história das Misericórdias

A primeira misericórdia teve como fundadora a rainha D. Leonor, no ano de 1498, na cidade de Lisboa, posteriormente muitas outras foram criadas e tornaram-se uma presença, obrigatória em muitos territórios de Portugal e não só (Sá & Lopes, 2008).

Na idade média, surgiram novos cultos e formas religiosas, cada vez mais, os indivíduos, se aproximavam de uma vida religiosa em que fossem bons cristãos, não praticassem atos de pecado, ajudassem os pobres e os mais abatidos, assim sendo e com o passar do tempo, surgiram as confrarias. Assim, estas “praticavam o culto em todas as suas formas: sufrágios, procissões, manutenção dos lugares e das coisas sagradas e auxílio dos mais fracos” (Sá & Lopes, 2008).

A caridade de antigamente, era financiada através de doações intervivos, significa isto que quando alguém morria, cabia aos vivos zelar para que as terras e capitais dos findos transitassem para o paraíso, foi criada a ideia, numa sociedade maioritariamente pobre e poucos ricos, que “Deus olhava por todos e todos olhavam uns pelos outros”. As confrarias

tinham assim, de criar um espírito de comunidade entre todos, designando os recém-chegados de irmãos e irmãs para se sentirem integrados e criarem laços.

Tudo isto, tinha como principais interessados os Reis, tinham de aparecer como os defensores da fé e os grandes protetores da sociedade, para conseguirem ganhar terreno perante as populações e de afastar os rivais. Assim, como já referido a impulsionadora da primeira misericórdia, foi a rainha D. Leonor, que na ausência do rei D. Manuel, fundou a misericórdia de Lisboa e depois dessa muitas outras surgiram, ficando a cargo do rei quando este regressou a Portugal.

Posteriormente, foi criado o “compromisso”, documento onde se encontrava a normalização das confrarias em todo o reino. Nesse documento estava redigida a importância das misericórdias, enunciando as obras espirituais e corporais. Existiam em diversos países confrarias, com nomes semelhantes, porém nenhuma delas se dedicava a tantas obras como Portugal. Com o passar do tempo, pode afirmar-se que as confrarias eram cada vez mais bem aceites e pode encarar-se como a construção de uma dicotomia que “de um lado os que podiam dar, e do outro os que pediam” (Sá & Lopes, 2008).

Não se pode afirmar, que estas obras de caridade existiam apenas para ajudar os mais necessitados, na verdade os seus membros começaram a ver a forma como estas os podiam auto-ajudar, ao proporcionar apropriação de recursos de caridade. Por exemplo, alguns membros aproveitavam esse facto para as filhas/ parentas entrarem para os recolhimentos, para as propor a dotes de casamento de uma forma proveitosa, ou beneficiar amigos de acesso a esmolas, bastava para isso dar alguma informação que fosse vantajosa sobre o que escrever numa petição, etc.

A morte do rei D. Manuel, não fez a obra esmorecer, pelo contrário, as misericórdias ganharam cada vez mais força e foram as mulheres que deram conta das obras e da ajuda aos mais desfavorecidos, criando também um papel mais ativo na sociedade e mais aceite. Com o passar dos anos, desapareceu o espírito evangélico, a nível interno, tornando-se misericórdias mais burocráticas, realizando hierarquizações internas entre os membros (Sá & Lopes, 2008).

A tendência, no período moderno, foi de incorporar antigas obras de caridade ou confiar novas fundações às misericórdias portuguesas, o número de instituições geridas pelas misericórdias varia com o processo histórico, protagonizado pelos políticos e forças sociais

e com os núcleos urbanos. Para além de todas as instituições que geriam e os hospitais que já tinham criado, até então, as misericórdias ajudavam também os mais necessitados e realizavam domicílios, distribuíam esmola e alimentos, entre outros. Tornaram-se “máquinas financeiras”, em várias cidades e vilas, empregando um grande número de funcionários, sendo que, posteriormente, deu lugar a instituições. A primeira grande rutura, aconteceu aquando da mudança magistratura de Pombal, tentaram romper com rotinas habituais das misericórdias. Existiu uma grande rutura a nível financeiro, sendo que muitos indivíduos que contraíram empréstimos às misericórdias, deixaram de pagar juros, que fez com que fosse necessário vender vários terrenos. Outra forma de combate às dívidas, foi a criação das lotarias, no século XVIII, constituindo uma nova forma de financiamento, destinada a angariar fundos (Sá & Lopes, 2008).

Com o passar dos reinados, foram perdoadas dívidas ordenaram-se demissões e nomearam-se dirigentes que até então nada tinham a ver com as Misericórdias em questão, isto devido ao facto da Nobreza ou grupos influentes terem deitado a baixo as misericórdias, não constituindo uma imagem credível junto dos reis.

No século XVIII, foi o período da decadência das misericórdias, fundaram-se muito poucas, porém houve um alargamento das já existentes, nomeadamente hospitais. Foi uma época de crise económica e os pobres eram cada vez mais pelo que aumentou a assistência. As misericórdias neste século adaptaram-se aos novos tempos e consequentes exigências.

Nos séculos XIX e XX, não existe grande informação sobre a história das misericórdias, apenas se sabe sobre os governantes das Santas Casas através de um estudo prosopográfico, sendo que incluem: o corpo social a que o governante pertencia, a sua formação, quando acederam ao lugar, se existiram grupo organizados que faziam parte das mesas administrativas, entre outros. No ano de 1835 foi ordenado a todos os governadores que realizassem fiscalizações a todas as misericórdias e hospitais bem como a apresentação de um orçamento anual e de contabilidade organizada, constituindo uma novidade para todos.

No decreto de 19-9-1836, as misericórdias perdem os serviços para as câmaras municipais. Nos finais dos anos 800, estas, foram definidas como instituições de beneficência de carácter cristão. Os novos regulamentos foram autorizados pelas autoridades civis, sem a intervenção da igreja.

Em janeiro de 1905, deu-se o *Primeiro Congresso Portuguez de Beneficência*, na cidade do Porto. Deste congresso ressaltou-se a ideia que as misericórdias assumiam os órgãos de assistência de Portugal, contestaram mais rendimentos e maior autonomia mas reconheceram o facto de terem supervisão do Estado.

Aquando da chegada da 1ª República, o efeito mais sentido foi na redução dos atos de culto, mas a nível de apoio passaram a receber mais. Foi no ano de 1911 que se deu a separação do Estado e da Igreja, o que obrigou as instituições a reduzirem até um terço as despesas que tinham com o culto religioso.

Nos anos seguintes, da 1ª Guerra Mundial, existiu uma grande pobreza nas populações, houve uma grande redução dos serviços prestados, provocada por uma crise financeira que se instalou nas Misericórdias.

O Estado Novo definiu, claramente, a sua ação no setor da assistência, sendo que as misericórdias eram órgãos centrais, orientadores e coordenadores a nível concelhio. Em meados do século XX, a igreja culpa o governo de ter tornado estas instituições, suas, quando na verdade sempre foram da igreja, alterando assim a sua natureza o que foi considerado “Erróneo”. Anos mais tarde, supõe-se que a igreja tenha começado a partilhar a tutela das instituições com o Estado, com a publicação do Código de 1940.

No ano de 1977 foi criada a União das Misericórdias Portuguesas, e o governo de Maria de Lurdes Pintasilgo cria o 1º Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, definindo as misericórdias como, “associações constituídas na ordem jurídica canónica com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristãs” (Sá & Lopes, 2008).

Até ao século XX foram Associações totalmente independentes do Estado, atuando sob doutrina católica, posteriormente regeram-se ao poder político e pós 25 de Abril, voltaram para a tutela da igreja, sendo que Salazar nunca o teria permitido. Desde então surgiram inúmeros conflitos entre misericórdias e bispos, até ao ano de 2000, em que o Presidente da rede Europeia Anti-Pobreza de Portugal, enviou uma circular a todas as irmandades referindo que estas têm natureza pública. A União das Misericórdias, no mesmo ano, afirma que estavam ativas 384 misericórdias, grande parte delas com equipamentos de ação social, dando resposta a novas formas de pobreza e novas necessidades da população,

como Estruturas residências para pessoas idosas, Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Jardim de Infância, creches entre outras. Com as mais diversas respostas sociais, as Misericórdias constituíram em muitos concelhos as principais entidades empregadoras bem como instâncias de grande poder, mantendo sempre o espírito católico.

Até à data, existem ativas, 364 Misericórdias, menos 20 que no ano de 2000 (União das Misericórdias Portuguesas, 2021).

II.2 – Informação Contabilística – história

Com o passar do tempo e com as mudanças que foram surgindo as empresas e instituições tiveram de se adaptar a novas realidades, e assim sendo os gestores também, tendo de consolidar conhecimentos na área. A contabilidade surge para dar informações financeiras acerca das instituições, possui um papel importante pois fornece informações sobre a realidade económica não só presente mas também passada e futura (Sousa, 2016).

A contabilidade, segundo a *American Accounting Association* (1966, p.1) cit. por Sousa, 2016, é “o processo de identificação, medição e comunicação de informação económica para permitir avaliações e decisões informadas pelos usuários da informação”. Esta definição não se traduz, necessariamente, numa definição que cabe à contabilidade financeira nem à contabilidade de gestão, referindo essencialmente aspetos da sua finalidade.

Antes do século XIX, Portugal apenas estabelecia códigos comerciais com os franceses, eram os chamados “códigos de comércio em Portugal”, pelo que não é propício falar de contabilidade antes dessa data. Foi a partir do século XIX que se presenciou à transformação do conceito de contabilidade, como um verdadeiro sistema de informação (Pires, 2010).

No que respeita ao setor não lucrativo, durante muitos anos, a normalização contabilística em Portugal para este setor, não refletiu as necessidades das instituições, regendo-se apenas por conceitos e regras que foram estruturadas pelo Plano Oficial de Contabilidade (POC) (Ferreira, 2012).

Construindo uma breve história sobre a contabilidade, a Comissão de Normalização Contabilística foi criada no ano de 1976 e no ano seguinte o primeiro Plano Oficial de Contabilidade (POC/77), tendo por bases influencias francesas. Foi o Decreto-Lei nº. 47/77,

do dia 7 de Fevereiro que aprovou o primeiro POC, destinava-se a empresas não financeiras, e pressupunha a publicação de planos setoriais que não chegaram a ser publicados. No seguimento do primeiro decreto-lei, foram emitidas 12 notas interpretativas e vários diplomas complementares. A falta de outros normativos contabilísticos, fez com que as Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL) utilizassem o POC/77 na composição e preparo das suas Demonstrações Financeiras (Ferreira, 2012).

No ano de 1989, Portugal aderiu à União Europeia, antiga CEE, assim passou a ser obrigatório envolver certas diretivas no normativo do país. Foi assim, revogado o POC/77 e aprovado o nº89 que era aplicável às entidades não financeiras. O novo normativo continha modelos menos elaborados de demonstrações de resultados por natureza e anexo bem como o balanço. Durante o período que o POC/89 esteve sob vigência, foram publicadas 29 diretrizes contabilísticas, interpretações técnicas e inúmeros diplomas complementares. Mais uma vez, devido à inexistência de normativos contabilísticos para as entidades do setor não lucrativo, estas aplicaram o POC/89 para a elaboração das suas demonstrações financeiras, porém começavam a aparecer exceções de aplicações deste plano para as ESNL.

Assim, existiam algumas especificidades para as ESNL, sendo elas:

- ✓ O plano de contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo decreto-Lei nº 78/89 de 03 de Março em 1989;
- ✓ Plano de contas das Associações mutualistas, aprovado pelo decreto-Lei nº 295/95 em novembro de 1995;
- ✓ Plano Oficial de Contabilidade para as federações Desportivas Associações e Agrupamentos de Clubes, decreto-Lei nº 74/98 de Março de 1998 (Ferreira, 2012).

O último plano mencionado, provinha de vários objetivos, dos quais: normalizar procedimentos contabilísticos; regular a informação contabilística na medida em que se tornaria mais fácil a análise das contas, para os gestores e para os clientes e outras entidades associadas.

É no decreto-lei nº36-A/ 2011, que estão explícitos os planos de contas setoriais aplicáveis às ESNL, sendo que a nível temporal, foi a partir de Janeiro de 2011 que as instituições iniciaram a sua normalização contabilística. Na sequência deste decreto-lei, foram publicados outros diplomas que completaram o decreto a cima mencionado, sendo eles:

- ✓ Decreto-lei nº.36-A / 2011 – Base para a Apresentação das demonstrações financeiras;
 - ✓ Portaria nº 105/2011: Modelos de Demonstrações Financeiras, nomeadamente: Balanço, Demonstrações de Resultados por natureza e por funções; Fundos patrimoniais; Demonstrações de fluxos de caixa e Anexos; Mapas de recebimentos e pagamentos, de património fixo e direitos e compromissos futuros;
 - ✓ Portaria 106/2011 – Código de contas (Quadro síntese e notas):
 - ✓ Aviso 6726-B/2011: Norma contabilística e de relato financeiro.
- (Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2020).

No ano de 2011, foi possível, as entidades aplicarem o regime que estava em vigor anteriormente, sendo que o decreto-lei nº 36/A, só foi de carácter obrigatório a partir de 1 de janeiro de 2012, porém as entidades que tinham opção aplicar já no ano de 2011.

II.2.1 – Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo

Como referido anteriormente, a publicação do decreto-lei n.º 36-A/2011 veio aprovar o regime de normalização contabilística para as ESNL, assim a Comissão de Normalização Contabilística conseguiu, por fim, terminar o panorama contabilístico para as entidades privadas, que por enquanto, permanecem inalterados (Pires & Gomes, 2014).

Foi aprovado, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) pelo Decreto-lei nº 158/2009, a 13 de julho, que consistiu numa adaptação de normas internacionais, foram também adotadas estas normas, pela União Europeia, no regulamento nº 1606/2002, sendo as normas de regime obrigatório para as entidades privadas.

As ESNL fazem parte do sistema de normalização contabilística mas têm as suas próprias regras, decorrentes das suas especificidades. Pode referenciar-se o sistema contabilístico das entidades privadas, nacionais, pelo seguinte esquema:

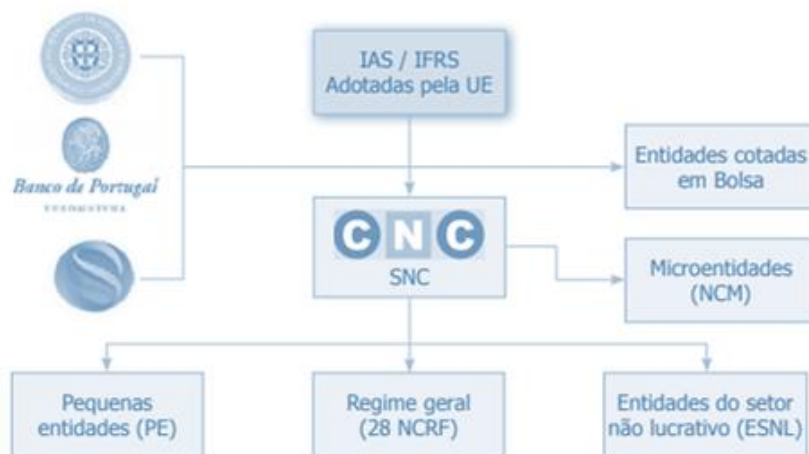


Figura 4 - Panorama Contabilístico para as ESNL
Fonte: Pires & Gomes, 2014

O decreto nº. 158/2009 de 13 de julho, referia que as ESNL seriam abrangidas pelo SNC até serem publicadas normas específicas, foi em março de 2011, pelo decreto n.º 36-A/ 2011 que ficou aprovado o regime para este tipo de entidades. Estas entidades tem regras contabilísticas próprias, que a título principal não podem distribuir os seus lucros pelos membros ou contribuintes, nomeadamente: associações, fundações, federações, instituições particulares de solidariedade social, entre outras.

Após definidas as regras para as ESNL, ficou concluído a nível nacional, o panorama contabilístico, de momento conta com cinco níveis de hierarquia:

1. Entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado;
2. Entidades inseridas no regime geral do SNC;
3. Pequenas entidades;
4. Microentidades;
5. Entidades do Setor não Lucrativo.

(Pires & Gomes, 2014).

É visível a nível nacional e até mundial, que com passar do tempo surgem novos desafios e problemas, a vários níveis: económicos, sociais, entre outros que inquietam os cidadãos. Uma forma de combater estes desafios foi a criação de organizações que apoiem os problemas que vão surgindo, estas não tem como principal objetivo lucrar, mas sim desenvolver atividades económicas que ajudem a população e também a criação de vários

postos de trabalho, combatendo o desemprego e satisfazendo necessidades (Pereira & Silva, s.d.).

As ESNL, para desenvolverem o seu bom funcionamento, recorrem a meios materiais, financeiros e humanos. No respeitante aos recursos financeiros e materiais, pode afirmar-se que estes são compostos por apoios de entidades, como a Segurança Social, estando quase sempre dependentes do apoio destas entidades. Por outro lado, os recursos humanos são constituídos pelos colaboradores, podendo ser de dois tipos, remunerados ou não remunerados, os últimos são designados de voluntários (Pereira & Silva, s.d.).

É justificável que exista um conjunto de regras contabilísticas, próprias para estas entidades, uma vez que este setor representa finalidades de interesse público que dizem respeito à produção e venda de produtos bem como prestação de serviços.

Existe uma base para apresentação das DF que consiste em regular requisitos que permitam assegurar a comparabilidade, quer de DF de anos anteriores quer de outras ESNL. As DF são uma “representação estruturada da posição e desempenho de uma entidade” (Pereira, Silva & Lopes, s.d.).

A portaria nº 105/2011 de 14 de março, aprovou os modelos para as ESNL, estas teriam de apresentar “um balanço, uma demonstração de resultados por natureza ou funções, demonstração de fluxos de caixa, e um anexo”, podem, também, apresentarem uma demonstração dos fundos patrimoniais quando pedido ou exigido pelas entidades competentes (Pires & Gomes, 2014).

As DF são composta pelo Balanço, que inclui: ativos; passivos; fundos patrimoniais, a Demonstração de Resultados que inclui: rendimentos e ganhos, neste item, a classificação deve basear-se na natureza ou função da transação e não na frequência. Demonstração das Alterações dos fundos Patrimoniais, Fluxos de Caixa e Anexo, as notas respeitantes, devem ser apresentadas de forma sistemática, se no Balanço ou Demonstração de Resultados, existir uma nota, esta deve estar referenciada para o Anexo. Como o principal objetivo, é apresentar a posição financeira da ESNL, os Fluxos de Caixa e o desempenho financeiro, impõe que exista uma representação verdadeira das transações, de outros acontecimentos e condições de acordo, previamente definidas na NCRF- ESNL (Pereira, Silva & Lopes, s.d.).

É importante salientar, que existem determinadas características qualitativas das DF, são compostas pelos seguintes conceitos:

- **Compreensibilidade:** como o nome indica, as DF devem ser compreendidas, facilmente pelos utentes que tenham algum nível de conhecimento a nível contabilístico;
- **Relevância:** a informação é relevante quando influencia as tomadas de decisões;
- **Materialidade:** a relevância, vai ser afetada pela natureza e materialidade;
- **Fiabilidade:** a informação não deve conter erros e deve estar livre de preconceitos;
- **Comparabilidade:** os utentes tem de ser capazes de comparar as DF ao longo do tempo para identificarem tendências na posição financeira da entidade;
- **Materialidade:** a informação é material caso a omissão ou a inexatidão influenciarem as tomadas de decisão dos utentes;
- **Oportunidade:** de disponibilizar informação financeira relevante ponderando aplicar ou não uma tomada de decisão;
- **Objetividade:** as DF devem ser totalmente imparciais, não sendo subjetivas ou manipuladas para não criar erros na sua leitura. (Pires & Gomes, 2014).

Fase à variedade de entidades que compõe o Setor não Lucrativo, o legislador, entendeu dispensar da aplicação da normalização contabilística para as ESNL, aquelas que nas vendas e rendimentos não excedam, nos dois exercícios anteriores, 150.000,00€, segundo descreve o art. 10º nº1 do Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. Caso o limite, mencionado, seja atingido, fica a entidade obrigada, a partir do exercício seguinte, a aplicar a normalização contabilística para as ESNL.

As Entidades dispensadas da aplicação da Normalização contabilística para as ESNL, e não optem pela sua aplicação, ficam obrigadas a apresentar a prestação de contas em regime de caixa. Estas entidades, tem de divulgar os seguintes mapas, segundo o artigo nº11 do capítulo 3 do Decreto-Lei nº36/A de 2011: Pagamentos e recebimentos, Património fixo e Direito e compromissos futuros.

A entidade pública que recebe as contas, pode exigir outros mapas para controlo orçamental.

Em suma, este regime foi criado com o intuito de dispensar as entidades de pequena dimensão de um conjunto de obrigações, porém a decisão final de optar ou não pelo sistema de normalização contabilística para as ESNL, cabe à própria entidade (Pereira, Silva & Lopes, s.d.).

É importante referir que as ESNL, ficam sujeitas a certificação legal de contas, sempre que ultrapasse dois dos seguintes limites, multiplicados pelo factor de 1.70, segundo o artigo 262º do Código das Sociedades Comerciais:

- Total do balanço: 1.500.000€;
- Total das vendas líquidas e outros proveitos: 3.000.000€;
- Número médio de empregados durante o exercício igual ou superior a 50.

II.2.2 – Utilizadores das Demonstrações Financeiras

Como já mencionado, o principal objetivo das demonstrações Financeiras, é o de facultar informação sobre a posição financeira da entidade, do seu desempenho bem como a posição em que se encontra e que esta seja útil para os seus utilizadores na tomada de decisão.

Nas ESNL, os utilizadores podem definir-se como sendo as “entidades que entregam recursos (quotas, legados, donativos), os credores, as pessoas que realizam prestações gratuitas (voluntariado), Governo e Administração Pública” (Decreto- Lei nº36 A/2011 – Regime da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo).

Assim, tendo em conta cada objetivo de cada utilizador, pode definir-se que:

Tabela 2 - Diversos utilizadores das DF

Utilizadores:	Objetivo:
Doadores/ Financiadores/ Associados	Conhecer o grau de cumprimento dos objetivos desenvolvidos;
Credores	Obter informação sobre a capacidade da entidade para solver objetivos definidos;
Membros das ESNL	Saber de que forma os fundos e donativos são aplicados nas atividades;
Voluntários	Conhecer resultados do seu trabalho e dedicação, assim como atividades realizadas e necessidade de mais recursos;
Estado	É fundamental na medida em que proporcionar recursos para as atividades feitas em cada entidade e controla os fluxos e meios que possibilitem cumprir os fins sem prejuízo de património;
Público em Geral: - Contribuintes; - Grupos de interesse; - Associações de defesa do consumidor; - Restantes Interessados.	Este grupo, no geral, deve avaliar o contributo da entidade no seu desenvolvimento económico e bem-estar, do setor em questão.

Fonte: Elaboração Própria, segundo Decreto-Lei nº 36-A/2011

Capítulo III

Metodología

Pode definir-se metodologia como “o estudo dos meios adequados e satisfatórios a escolher na realização de uma investigação. Podem ser processos, métodos, técnicas ou procedimentos de análises (por exemplo, a estatística) da informação.” (Deshaeis, 1992, p.27).

Existem dois tipos de metodologias, a quantitativa e a qualitativa. Abordando cada uma delas, a metodologia quantitativa é aquela que tem uma proximidade maior com as ciências naturais, isto porque dá os métodos a usar e também, analisa e explica tudo aquilo que é estudado. Outra das características é ser objetiva, tem intrínseco o processo hipotético-dedutivo, generaliza os resultados e os seus dados são quantitativos. A análise dos dados é realizada através de ferramentas estatísticas, como o SPSS. O investigador, neste tipo de metodologia, é independente da realidade, ou seja, há um distanciamento entre os dois, e a teoria e a prática são separadas não existindo qualquer tipo de interferência, assim o estudo é mais objetivo e mais fiável (Coutinho, 2011).

Por sua vez, a metodologia qualitativa tem a realidade como sendo algo pessoal, demonstrando sentimentos e experiências já vividas. Os indivíduos são o foco da investigação e esta ocorre no meio natural, usando-se um caminho indutivo. Nesta metodologia, para se entender o significado do estudo, tem de se abordar a realidade como um todo. O investigador relaciona-se com o seu estudo existindo uma influência de valores, assim como existe entre a teoria e a prática.

Assim, para realizar o estudo pretende usar-se uma metodologia quantitativa uma vez que através desta se irá partir da teoria para a investigação, explicando assim o que se vai estudar.

Pode definir-se “método” como sendo uma atividade que se suporta na capacidade de raciocínio, de julgar e avaliar como os procedimentos e práticas de investigação, ou seja “o método deve inscrever-se numa abertura intelectual do investigador à experiência . . . ”(Deshaies, 1992).

O método, que irá ser utilizado, vai ser o multicasos uma vez que este “possibilita levantar evidências relevantes e de maior confiabilidade se comparado aos estudos de casos únicos” (YIN, 2001).

Este método visa descobrir as convergências entre os vários casos a ser estudados. Para Yin (1984) cit. por Hébert, Goyette & Boutin, (1990), a comparação multicasos pode enquadrar-se na recolha de dados de observação, relativamente a várias entidades a estudar. A comparação de multicasos, serve para enquadrar técnicas de recolha de dados que estão inseridas na tecnicidade de uma metodologia de investigação (Hébert, Goyette & Boutin, 1990).

II.2 – População e amostra

A população pode caracterizar-se como um conjunto de elementos que detêm certas características (Gil, 2007).

O estudo está inserido no distrito de Viseu, tendo como população o total de Misericórdias registadas no *site* da União das Misericórdias Portuguesas.

O Distrito de Viseu localiza-se na Beira Alta, tem limites geográficos com o distrito do Porto, Vila Real, Bragança, Guarda, Aveiro e Coimbra, tendo uma área de 5007 km². Os censos de 2011 apontam para uma população de 391 215 habitantes (Município de Viseu, s.d.).

O distrito é detentor de inúmeros roteiros de visita, inúmeros monumentos, desde castelos, Sés, Igrejas, entres outros. Conta atualmente com 24 concelhos, sendo eles: Armamar: Carregal do Sal; Castro Daire; Cinfães; Lamego; Mangualde; Moimenta da Beira; Mortágua; Nelas; Oliveira de Frades; Penalva do Castelo; Penedono; Resende; Santa Comba Dão; São João da Pesqueira; São Pedro do Sul; Sátão; Sernancelhe; Tabuaço; Tarouca; Tondela; Vila Nova de Paiva; Viseu e Vouzela. Conta ainda com 277 freguesias (Município de Viseu, s.d.).

Assim sendo, realizou-se uma tabela com todas as instituições do distrito de Viseu, que constam no *site* da União das Misericórdias Portuguesas, até à data de 25 de agosto de 2020. O universo do estudo, é então, constituído por:

Tabela 3 – Misericórdias do Distrito de Viseu

Misericórdias do Distrito de Viseu	Descrição
Santa Casa da Misericórdia de Armamar	Nº de clientes: 68 Colaboradores diretos: 36 Respostas sociais: 2
Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire	Nº de clientes: 603 Colaboradores diretos: 196 Respostas sociais: 11
Santa Casa da Misericórdia de Lamego	Nº de clientes: 1680

	Colaboradores diretos: 130 Respostas sociais: 8
Santa Casa da Misericórdia de Moimenta da Beira	Nº de clientes: 499 Colaboradores diretos: 55 Respostas sociais: 8
Santa Casa da Misericórdia de Carregal do Sal	Nº de clientes: 177 Colaboradores diretos: 33 Respostas sociais: 4
Santa Casa da Misericórdia de Cinfães	Nº de clientes: 197 Colaboradores diretos: 103 Respostas sociais: 7
Santa Casa da Misericórdia de Mangualde	Nº de clientes: 230 Colaboradores diretos: 146 Respostas sociais: 3
Santa Casa da Misericórdia de Mortágua	Nº de clientes: 888 Colaboradores diretos: 157 Respostas sociais: 9
Misericórdia de Nossa Senhora dos Milagres (Oliveira das Frades)	Nº de clientes: 380 Colaboradores diretos: 110 Respostas sociais: 8
Santa Casa da Misericórdia de Penela da Beira	Nº de clientes: 65 Colaboradores diretos: 18 Respostas sociais: 4
Santa Casa da Misericórdia de Santa Comba Dão	Nº de clientes: 280 Colaboradores diretos: 123 Respostas sociais: 8
Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo	Nº de clientes: 304 Colaboradores diretos: 80 Respostas sociais: 9
Santa Casa da Misericórdia de Resende	Nº de clientes: 501 Colaboradores diretos: 180 Respostas sociais: 7
Santa Casa da Misericórdia de Santar	Nº de clientes: 301 Colaboradores diretos: 54 Respostas sociais: 3
Santa Casa da Misericórdia de São Pedro do Sul	Nº de clientes: 564 Colaboradores diretos: 177 Respostas sociais: 11
Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira	Nº de clientes: 120 Colaboradores diretos: 58 Respostas sociais: 2
Santa Casa da Misericórdia de Tabuaço	Nº de clientes: 38 Colaboradores diretos: 101 Respostas sociais: 4
Santa Casa da Misericórdia de Tondela	Nº de clientes: 265 Colaboradores diretos: 186 Respostas sociais: 4
Santa Casa da Misericórdia de Viseu	Nº de clientes: 1300 Colaboradores diretos: 195 Respostas sociais: 14

Santa Casa da Misericórdia de Sernancelhe	Nº de clientes: 150 Colaboradores diretos: 84 Respostas sociais: 3
Santa Casa da Misericórdia de Tarouca	Nº de clientes: 770 Colaboradores diretos: 145 Respostas sociais: 14
Santa Casa da Misericórdia de Vale de Besteiros	Nº de clientes: 150 Colaboradores diretos: 65 Respostas sociais: 6
Santa Casa da Misericórdia de Vouzela	Nº de clientes: 221 Colaboradores diretos: 85 Respostas sociais: 6

Fonte: Elaboração própria, segundo *Site da União das Misericórdias Portuguesas, 2021*

Pode verificar-se que o universo é constituído por um total de 24 elementos. Devido ao número reduzido de IPSS que integram a população, foi dispensável esquadrihar o tipo de amostragem.

II.3 – Técnicas de recolha de dados (instrumentos)

A técnica escolhida, para a recolha de dados foi o inquérito por questionário, onde é dado realce aos tópicos principais de maneira a que exista um maior número de conhecimentos sobre o tema proposto, sendo que mais tarde é verificável com as hipóteses apresentadas (Baranano, 2004).

“Consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação, social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas ou sociais...O inquérito por questionário distingue-se da simples sondagem de opinião pelo facto de visar a verificação de hipóteses...” (Quivy & Campenhoudt, 1998).

O questionário é aplicado via “online”, será enviado para o email da instituição e posteriormente efetuada uma chamada telefónica. O universo não será grande pelo que não deverão existir grandes custos associados.

II.4 – Técnicas de análise de dados

“ A análise dos dados tem como objetivo a organização e o resumo dos dados de forma a que forneçam respostas ao problema proposto para investigação e sejam evidenciadas as relações existentes entre o fenómeno estudado e outros fatores;” (Antunes, 2019).

Uma vez que a metodologia vai ser do tipo quantitativa e a escolha da técnica de recolha de dados é o inquérito por questionário, pode afirmar-se que os dados vão ser tratados de forma quantitativa (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Para o tratamento dos dados, pode utilizar-se uma das ferramentas de análise estatística, neste caso o *software* IBM SPSS, versão 27 esta ferramenta permite codificar as respostas sendo mais simples a sua análise (Antunes, 2019).

Utilizou-se a ferramenta da dissertação “Fatores que determinam a utilidade da Informação Financeira na Tomada de Decisão” de Catarina Libório Morais Cepêda do ISCAP, Porto. Por necessidade de investigação, realizaram-se alterações em cerca de 20%, porém estas não invalidam o instrumento inicial.

Assim, o inquérito por questionário será constituído por: 22 questões, de natureza mista, porque apresenta questões de resposta aberta e fechada. Este apresenta três secções, sendo a 1ª a “Caracterização da Organização”, onde é questionado o local onde se situa a Misericórdia, as respostas sociais, o número de colaboradores assim como a tipologia contratual; A 2ª secção destina-se à “Caracterização do Inquirido”, aqui é questionado o género, a idade, formação académica, o cargo que ocupa na mesa administrativa, e há quanto tempo desempenha funções na mesa. Por último, a 3ª secção, é sobre a “Informação Financeira”, questiona-se nesta secção se a contabilidade é efetuada internamente ou não, com que regularidade o inquirido solicita informação financeira, a opinião do mesmo, sobre as características do Sistema de Normalização Contabilística, a opinião sobre o grau de importância e as dificuldades que as demonstrações financeiras apresentam, o grau de importância de cada demonstração financeira, a importância da prestação de contas estar publicada no Web Site, assim como, a importância do Sistema de Normalização Contabilístico no processo de prestação de contas da Misericórdia e para finalizar, a opinião sobre o Revisor Oficial de Contas no processo de prestação de contas. Assim, são expostas várias questões, em que 20 são de resposta fechada e duas de resposta aberta. O inquérito por questionário está apresentado no Anexo nº 1.

Capítulo IV

Apresentação, análise e interpretação de dados

IV.1.1 – Análise Institucional

Pode verificar-se que foram obtidas 21 resposta num universo de 23, sendo que cada Misericórdia respondeu com uma resposta.

Tabela 4 - Respostas sociais referentes a cada Misericórdia

Respostas Sociais:																
Concelhos:	Creche	Jl	Pré-escolar	CAO	ATL	CAT	RLIS	CLD	RSI	Cantina Social	ERPI	UCCI	SAD	RA	Apoio Regime Ambulatório	Outra
Armamar										X	X		X			X
Carregal do Sal	X										X					
Castro Daire	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X		
Cinfães	X							X		X	X	X	X			
Lamego	X	X	X		X	X	X		X	X	X		X			
Mangualde	X										X	X				
Moimenta da Beira	X		X						X	X	X		X			X
Mortágua	X			X	X					X	X	X	X			
Oliveira de Frades	X		X					X		X	X	X	X			
Penalva do Castelo	X				X					X	X		X			
Penela da Beira											X		X			

Resende	X		X						X	X	X	X	X			X
Santar								X	X	X	X	X				
São Pedro do Sul	X		X		X					X	X		X			X
São João da Pesqueira											X		X			
Sernancelhe												X				
Tabuaço	X										X					
Tarouca	X	X		X	X				X	X	X	X	X			X
Tondela	X		X							X	X		X			X
Vale de Besteiros	X		X								X		X			X
Viseu	X	X	X			X				X	X		X			
TOTAL	14	4	9	3	6	2	2	4	6	14	20	9	16	1	0	7

Fonte: Elaboração própria, obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

As respostas Sociais para pessoas idosas estão mais presentes que as das crianças o que pode ser justificável pela população idosa residente no distrito estudado. Pode assim verificar-se, que a resposta ERPI, conta com um total de 20 respostas e logo de seguida a resposta SAD, com um número total de 16 respostas. Em número igualitário, com 14 respostas, pode verificar-se a Creche e Cantina Social. Com 0 resposta, identifica-se o Apoio a Regime Ambulatório.

Analisando os valores dos números de colaboradores existentes, verifica-se que:

Tabela 5 - Número de funcionários e tipologia contratual

Concelhos:		Tipologia Contratual					
	Nº Colaboradores	A Termo	Sem Termo	Trabalhadores Independentes	Estagiários	Programa IEFP	Voluntários
Armamar	42	5	30	2	1	4	1
Carregal do Sal	31	10	21	0	0	3	1
Castro Daire	233	18	156	9	0	50	1
Cinfães	124	37	52	14	1	20	1
Lamego	129	5	124	5	0	5	1
Mangualde	157	0	141	16	0	0	12
Moimenta da Beira	70	11	56	4	0	3	1
Mortágua	157	2	144	2	3	4	2
Oliveira de Frades	160	4	156	5	0	7	3
Penalva do Castelo	104	22	82	1	1	13	5
Penela da Beira	80	60	20	0	0	15	1
Resende	170	50	120	11	5	45	1
Santar	60	3	57	10	2	4	7
São Pedro do Sul	186	10	168	4	1	1	2
São João da Pesqueira	58	8	40	1	5	4	1
Sernancelhe	37	3	25	5	2	2	1
Tabuaço	48	18	25	0	1	4	1
Tarouca	137	7	130	18	1	21	3
Tondela	84	4	80	2	1	4	1
Vale de Besteiros	64	4	60	1	0	4	1
Viseu	391	30	361	39	1	1	1
Média do nº de colaboradores e tipologia contratual	120,10	14,81	97,52	7,10	1,19	10,19	2,29

Fonte: Elaboração própria, obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

O valor mais baixo de colaboradores numa das Misericórdias inquiridas é de 31 e o mais alto é de 391. A média dos colaboradores tem um valor de aproximadamente 120. Nas tipologias de contratos, pode verificar-se que a média, da tipologia de contrato “A termo” é de

aproximadamente 14, na tipologia “Sem termo”, 97, nos “Trabalhadores independentes”, a média é de 7, nos “Estagiários”, de 1, nos “Programas do IEFPP” o valor é de 10 e por último, na tipologia “Voluntários”, é de 2.

IV.1.1 – Análise do inquirido

Tabela 6 - Género do Inquirido

Género do Inquirido		
	Frequência	Percentagem
Feminino	8	38,1
Masculino	13	61,9
Total	21	100,0

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics*, versão 27

Analisando o sexo dos inquiridos, verifica-se que 38,1% é do sexo feminino e 61,9% do sexo masculino, sendo que os inquiridos foram respondidos, maioritariamente pelo sexo masculino. Quanto às idades (tabela 39 em anexo), verificou-se que das 21 respostas obtidas, 96,8% dos inquiridos, tem idade superior a 30 anos e destes há um número significativo com idade superior a 50 anos. Atendendo ao grau académico mais elevado (tabela 40 em anexo), verifica-se que 16 respostas, das 21, ou seja cerca de 75% tem formação superior compreendida entre: Bacharelato, Licenciatura e Mestrado. Por outro lado, na área de formação (tabela 41 em anexo), é relevante identificar que apenas 4,8% das respostas é destinada às ciências empresariais, porém apesar disso, 61,9% da percentagem foi afirmativa quando questionados se tinham formação complementar na área da gestão e economia (tabela 42 em anexo). Quanto ao cargo que o inquirido ocupa na mesa administrativa (tabela 43 em anexo), é de ressaltar que metade das respostas foram dadas pelo Provedor. A maioria dos inquiridos possui funções na mesa há mais de 3 anos (tabela 44 em anexo).

IV.1.2 – Informação financeira

Tabela 7 - Forma como a contabilidade é efetuada

A Contabilidade é efetuada de que forma		
	Frequência	Percentagem
Internamente	11	52,4
Externamente	10	47,6

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

No ponto da informação financeira, verifica-se que na primeira questão, sobre se a contabilidade é feita de forma interna, ou seja, tendo um técnico de contabilidade a trabalhar na instituição, ou externa, contratando esse serviço, as percentagens são relativamente próximas, sendo que apenas difere num voto. As percentagens são de 52,4% e 47,6% respetivamente.

Tabela 8 - Regularidade com que solicita informação financeira

Qual a regularidade que solicita informação financeira		
	Frequência	Percentagem
Mensalmente	13	61,9
Semestralmente	2	9,5
Trimestralmente	5	23,8
Anualmente	1	4,8

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Questionados sobre a regularidade com que os inquiridos solicitam informação financeira, a maior percentagem vai para a resposta “Mensalmente” com 61,9%, logo de seguida “Trimestralmente” com 23,8%, depois com uma percentagem de 9,5% a resposta “Semestralmente” e por fim “Anualmente, com 4,8%.

Tabela 9 - Características mais relevantes do SNC - ESNL

- Características mais relevantes do SNC - ESNL							
Características do SNC-ESNL	Relevância	Fiabilidade	Comparabilidade	Compreensibilidade	Materialidade	Oportunidade	Objetividade
Resposta “Sim”	81,0	71,4	33,3	28,6	9,5	14,3	57,1
Resposta “Não”	19,0	28,6	66,7	71,4	90,5	85,7	42,9

Fonte: Elaboração própria, obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics*, versão 27

A tabela, acima mencionada, demonstra o número total de respostas positivas e negativas que cada característica obteve. Sendo assim, quando questionados sobre as três principais características do SNC-ESNL, os inquiridos assumem que a “Relevância” a “Fiabilidade” e a “Objetividade”, são as que reúnem maior percentagem de positividade, nomeadamente, 81%, 71,4% e 57,1%, respetivamente.

Tabela 10 - Grua de importância e dificuldade das DF

Grua de importância e dificuldade das DF				
	Nenhum	Baixo	Moderado	Alto
Qual o grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão?	0	0	9,5	90,5
Qual o grau de dificuldade da interpretação das DF?	33,3	33,3	23,8	9,5

Fonte: Elaboração própria, obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics*, versão 21

Quanto ao grau de importância das Demonstrações Financeiras, enquanto instrumento de Gestão, os inquiridos foram quase unânimes, sendo que 19 respostas das 21, ou seja 90,5% respondeu que tem um grau “Alto” e apenas duas respostas, 9,5% consideram o grau “Moderado”.

Por outro lado, quando questionado acerca do grau de dificuldade da interpretação das Demonstrações Financeiras, os inquiridos consideram que não existe ou existe um baixo grau de dificuldade, com sete respostas de um total de 21, ou seja com uma percentagem de 33,3% de respostas. Cinco inquiridos, ou seja, 23,8% consideram que tem um grau “moderado” de

interpretação e apenas dois, com uma percentagem de 9,5% admitem ter um grau de dificuldade elevado.

Tabela 11 - Grau de importância de cada DF

Grau de importância de cada DF			
	Moderada	Alta	Muito Alta
Balanço	14,3	28,6	57,1
Demonstrações de Resultados por Natureza	4,9	33,3	61,9
Demonstrações de Resultados por Funções	4,8	52,4	42,9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	14,3	52,4	33,3
Demonstrações de Alterações de Fundos Patrimoniais	23,8	52,4	23,8
Anexos	19,0	61,9	19,0

Fonte: Elaboração própria, obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Analisando o grau de importância da DF – Balanço, 12 inquiridos, cerca de 57,1% consideram que a importância é muito alta, seis, ou seja, 28,6% consideram Alta e apenas 3, 14,3% consideram o grau de importância elevado. Na Demonstração de Resultados por Natureza, 11, cerca de 61,9% dos inquiridos consideram ter importância muito Alta, nove, ou seja, 33,3% Alta e apenas um, 4,8% Moderada. Na Demonstração de Resultados por Funções, a maior percentagem é de 52,4%, ou seja 11 das 21 respostas, os inquiridos consideram Alta a importância desta DF, logo de seguida, nove ou seja, 42,9% consideram ser Muito Alta e apenas um, 4,8% considera Moderada. Na Demonstração de Fluxos de Caixa, 11 inquiridos, 25,4% dos inquiridos consideram ser Alta a importância desta DF, sete, ou seja cerca de 33,3% considera ser Muito Alta e três, 14,3% moderada. Na DF da alteração dos fundos patrimoniais, onze inquiridos, cerca de 52,4% dos inquiridos consideram ter uma importância Elevada e cinco, 23,8% consideram ser Muito Alta ou Moderada. Por último, os Anexos, treze inquiridos, ou seja, 61,9% considera ter uma importância Alta, e com uma percentagem de 19% ou seja de 4 respostas cada uma está a escala de Muito Alta e Moderada.

Tabela 12 - Grau de importância para os diversos utilizadores

Grau de importância para os diversos utilizadores					
	Nenhuma	Baixa	Moderada	Alta	Muito Alta

Gestão/ Administração	0	0	4,8	23,8	71,4
Colaboradores	4,8	28,6	28,6	28,6	9,5
Clientes	9,5	19,0	33,3	23,8	14,3
Público em Geral	9,5	33,3	19,0	28,6	9,5
Fornecedores	9,5	14,3	23,8	28,6	23,8
Mesários/ Irmandade/ Associados	0	4,8	23,8	33,3	38,1
Mutuários	19,0	28,6	14,3	23,8	14,3

Fonte: Elaboração própria, obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics*, versão 27

A importância das DF para os diversos utilizadores tem respostas variadas, sendo que os inquiridos detêm da opinião que a Administração é quem tem mais interesse e consideram mais importante as DF, com 15 respostas, ou seja, uma percentagem de 71,4% para Muito Alta e cinco respostas, 23,8% Alta. Por outro lado, os inquiridos dividem-se nas opiniões quanto à importância das DF para os colaboradores, sendo que com uma percentagem de 28,6%, ou seja seis respostas para cada, há os indicadores, Baixa, Moderada e Alta. Já para o Clientes os inquiridos são da opinião que sete, ou seja, 33% tem interesse Moderado, cinco, 23,8% Alta e quatro, ou seja, 19% interesse Baixo. A opinião quanto à importância das DF para os fornecedores, apresenta, seis respostas, 28,6% para Alta, cinco, ou seja, 23,8% para Muito Alta e três, 14,3% para Baixa. Por outro lado, os inquiridos detêm da opinião que os mesários dão mais importância às Df, sendo que 38,1% dão muita importância, ou seja 8 inquiridos, cerca de 33,3% dão alguma importância e cinco, 23,8% importância moderada. Por último, os inquiridos são da opinião que os Mutuários não dão muita importância às demonstrações financeiras, sendo que para seis inquiridos, 28,6% é Baixa, 23,8% dará uma importância de nível Alto, cerca de 5 inquiridos, e 19% não dará importância nenhuma.

Tabela 13 - Quando o inquirido necessita de uma informação financeira:

Quando necessito de uma informação financeira:		
	Frequência	Percentagem
Solicito-a	21	100,0
Espero que me seja enviada	0	100,0

Fonte: Elaboração própria, obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics*, versão 27

Quando questionados sobre a necessidade de obter informação financeira, os inquiridos foram 100% unânimes, sendo que todos solicitam quando necessário.

Tabela 14 - Qual a importância das DF serem publicadas no Web Site

Qual a importância das DF serem publicadas no <i>Web Site</i>		
	Frequência	Porcentagem
Discordo	1	4,8
Nem discordo nem concordo	3	14,3
Concordo	11	52,4
Concordo Totalmente	6	28,6

Fonte: Elaboração própria, obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics*, versão 27

Verifica-se na questão, da importância das DF serem publicadas no *Web Site*, uma concordância de 52,4% e concordância total de 28,6%, sendo que 14,3% dos inquiridos nem discordam nem concordam, e apenas 4,8% discorda da publicação.

Tabela 15 - Grua de importância do ROC e do SNC - ESNL

Grua de importância do ROC e do SNC - ESNL				
	Baixa	Moderada	Alta	Muito Alta
Mais-valia o contributo do ROC	0	9,5	38,1	52,4
Importância do SNC_ESNL na prestação de contas da Misericórdia	4,8	19,0	33,3	42,9

Fonte: Elaboração própria, obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics*, versão 27

Quando inquiridos sobre a mais-valia do contributo do ROC no processo de prestação de contas, 52,4%, ou seja 11 inquiridos, consideram muito importante a presença do revisor de contas, 8 inquiridos, 38,1% consideram que é importante e dois cerca de, 9,5% avalia como moderada. Por último, quando questionados acerca da importância do sistema de normalização contabilístico para a entidades do setor não lucrativo, na prestação de contas da Misericórdia, as opiniões dividem-se sendo que 42,9% considera ter uma importância “Muito Alta”, 33,3% considera ter uma importância “Alta”, 19% consideram “Moderada” e 4,8% consideram “Baixa” importância.

IV.1.3 – Cruzamento de alguns dados

Tabela 16 - Género do Inquirido X Qual o cargo que ocupa na Mesa Administrativa

Tabulação cruzada Género do Inquirido * Qual o cargo que ocupa na Mesa Administrativa						
		Qual o cargo que ocupa na Mesa Administrativa				Total
		Provedor	Vice-Provedor	Secretário	Vogal	
Género do Inquirido	Feminino	2	1	2	3	8
	Masculino	8	1	2	2	13

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Verifica-se uma maior presença de membros do sexo masculino em cargos de provedoria, mas em cargos de vogal verifica-se mais membros do sexo feminino. Na vice-provedoria e no cargo de secretário, verifica-se uma presença igualitária do sexo feminino e masculino.

Tabela 17 - Cargo que ocupa na Mesa Administrativa X Grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão

Tabulação cruzada Qual o cargo que ocupa na Mesa Administrativa * Qual o grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão				
		Qual o grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão		Total
		Moderado	Alto	
Qual o cargo que ocupa na Mesa Administrativa	Provedor	0	10	10
	Vice-Provedor	0	2	2
	Secretário	0	4	4
	Vogal	2	3	5

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Verifica-se, quando cruzadas as variáveis do cargo que o inquirido ocupa com a importância que este dá às demonstrações financeiras enquanto instrumento de gestão, no cargo de Provedor, este dá importância de grau “Alto”, os inquiridos que tinham outros cargos como Secretário e Vice-Provedor consideram também ter importância do mesmo grau, já os vogais, consideram ter grau “Moderado”.

Tabela 18 - Há quanto tempo ocupa funções na Mesa Administrativa VS Grau de dificuldade da interpretação das DF

Tabulação cruzada Há quanto tempo ocupa funções na Mesa Administrativa * Qual o grau de dificuldade da interpretação das DF						
		Qual o grau de dificuldade da interpretação das DF				Total
		Nenhum	Baixo	Moderado	Alto	
Há quanto tempo ocupa funções na Mesa Administrativa	Inferior a 1 ano	1	1	0	0	2
	Entre 1 a 2 anos	0	0	2	0	2
	Superior a 3 anos ou inferior a 5	1	4	3	2	10
	Superior a 5 anos	5	2	0	0	7

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Quando cruzadas as variáveis do tempo que está no cargo com o grau de dificuldade de interpretação das DF, verifica-se que quem está no cargo há menos de 1 ano, considera não ter dificuldade de interpretar as DF ou ter baixa dificuldade. Entre 1 a 2 anos, pode ver-se que existe grau moderado de interpretação, Superior a 3 ou inferior a 5 anos, pode verificar-se que um inquirido não tem dificuldades em interpretar, quatro consideram ter interpretação de grau “Baixo”, três “Moderado” e dois inquiridos, consideram ser “Alto” o grau de interpretação. Por ultimo, quem ocupa o cargo há mais de 5 anos, ou não tem nenhuma dificuldade, ou tem dificuldade baixa.

Tabela 19 - Cargo que ocupa na Mesa Administrativa VS Importância das DF serem publicadas no Web site

Tabulação cruzada Qual o cargo que ocupa na Mesa Administrativa * Qual a importância das DF serem publicadas no Web site						
		Qual a importância das DF serem publicadas no Web site				Total
		Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo Totalmente	
Qual o cargo que ocupa na Mesa Administrativa	Provedor	0	2	6	2	10
	Vice-Provedor	0	0	1	1	2
	Secretário	0	1	2	1	4
	Vogal	1	0	2	2	5

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

No cruzamento das questões do cargo que ocupa o inquirido e a importância das DF serem publicadas no web site, verifica-se por parte dos provedores uma concordância em publicar as contas, sendo que apenas dois deles nem concordam nem discordam, por parte dos provedores, verifica-se também uma concordância por parte dos Vice-provedores dos secretários e vogais, salienta-se o facto de um dos vogais ter respondido que não concorda com esta publicação.

Tabela 20 - Qual a regularidade que solicita informação financeira VS Qual o grau de dificuldade da interpretação das DF Misericórdia >100 funcionários

Tabulação cruzada Qual a regularidade que solicita informação financeira * Qual o grau de dificuldade da interpretação das DF						
		Qual o grau de dificuldade da interpretação das DF				Total
		Nenhum	Baixo	Moderado	Alto	
Qual a regularidade que solicita informação financeira	Mensalmente	2	1	1	0	4
	Semestralmente	0	0	1	0	1
	Trimestralmente	0	3	1	0	4
	Anualmente	0	0	0	1	1

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

No cruzamento das questões com que regularidade solicita informação financeira com o grau de dificuldade de interpretação, com as Misericórdias com menos de 100 funcionários, verifica-se que quem solicita informação financeira mensalmente, tem grau baixo ou moderado em interpretar as DF, quem solicita semestralmente tem grau moderado, quem solicita trimestralmente tem um baixo grau de interpretação e por último, quem solicita anualmente, tem grau alto de interpretação da DF.

Tabela 21 - Qual a regularidade que solicita informação financeira VS Qual o grau de dificuldade da interpretação das DF Misericórdia <100 funcionários

Tabulação cruzada Qual a regularidade que solicita informação financeira * Qual o grau de dificuldade da interpretação das DF						
		Qual o grau de dificuldade da interpretação das DF				Total
		Nenhum	Baixo	Moderado	Alto	
	Mensalmente	5	2	1	1	9

Qual a regularidade que solicita informação financeira	Semestralmente	0	1	0	0	1
	Trimestralmente	0	0	1	0	1

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

No cruzamento das questões com que regularidade solicita informação financeira com o grau de dificuldade de interpretação, com as Misericórdias com mais de 100 funcionários, verifica-se que quem solicita informação financeira mensalmente, não tem dificuldade nenhuma de interpretação porém também existe uma resposta no grau Moderado e Alto, quem solicita semestralmente tem um Baixo grau e quem solicita trimestralmente tem um grau Moderado de interpretação.

Tabela 22 - A Contabilidade é efetuada de que forma VS Qual o grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão Misericórdia >100 funcionários

Tabulação cruzada A Contabilidade é efetuada de que forma * Qual o grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão				
		Qual o grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão		Total
		Moderado	Alto	
A Contabilidade é efetuada de que forma	Internamente	0	2	2
	Externamente	2	6	8

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Quando comparadas as questões de que forma a contabilidade é efetuada com o grau que atribuem as DF, verifica-se que que as Misericórdias de menor dimensão (menos de 100 funcionários), fazem a sua contabilidade maioritariamente externamente, considerando terem um grau entre moderado a alto de importância.

Tabela 23 - A Contabilidade é efetuada de que forma VS Qual o grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão, Misericórdia <100 funcionários

Tabulação cruzada A Contabilidade é efetuada de que forma * Qual o grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão				
		Qual o grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão		Total
		Alto		
	Internamente	9		9

A Contabilidade é efetuada de que forma	Externamente	2	2
---	--------------	---	---

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Quando comparadas as questões de que forma a contabilidade é efetuada com o grau que atribuem as DF, verifica-se que que as Misericórdias de maior dimensão (mais de 100 funcionários), a contabilidade é maioritariamente feita internamente e todos os inquiridos consideram que as DF tem um grau alto de importância enquanto instrumento de gestão.

CONCLUSÃO

A Contabilidade foi o foco do estudo e esta tem vindo a evoluir com o passar dos anos tornando-se um mecanismo importantíssimo para fonte de informação, ajudando os gestores a tomarem decisões e quando influenciados por estas informações, têm um peso no rumo futuro das instituições, que por sua vez, encontram-se em permanente alteração, pois são constituídas por pessoas e direcionadas para pessoas e para a satisfação das suas necessidades, tendo por vista atingir os fins a que se propõem.

Durante a realização do estudo, a revisão da literatura assume um papel importantíssimo, pois sustenta a parte prática, uma vez que fornece bases para que esta se desenvolva de forma mais correta e eficaz. É possível compreender através desta, que a contabilidade tem uma grande importância para as instituições, uma vez que permite controlar detalhadamente a informação financeira com os variados mapas que o SNC-ESNL apresenta. O facto de as entidades terem ao ser dispor as DF, aumenta a possibilidade de encontrarem formas mais estratégicas de se autofinanciarem, uma vez que conseguem ter perceção dos recursos disponíveis. Todas as organizações são obrigadas a ter sistema contabilístico, algumas apresentam o sistema internamente outras externamente, ou seja, feito por entidades externas à organização. Considera-se uma mais-valia, o facto de as DF serem publicadas pois todos os colaboradores e população no geral tem uma perceção do que se está a passar financeiramente com as instituições, passando uma imagem mais credível junto da comunidade.

Ou seja, é muito relevante que a contabilidade esteja presente nas instituições pois quando bem-feita e estudada auxilia nas tomadas de decisões e estratégias a implementar e permite uma visão mais abrangente daquilo que poderá vir a acontecer futuramente, permitindo antever situações

Verificou-se com o estudo, que as entidades inquiridas dão muita importância às DF, solicitando com regularidade informação financeira, sendo que a DF a que os inquiridos dão mais importância é o Balanço seguido das Demonstrações de Resultados por Natureza, no entanto também dão importância às outras DF no geral.

Na ótica dos inquiridos, pode verificar-se que os utentes que mais privilegiam as Demonstrações Financeiras, a fim de satisfazerem as suas necessidades de informação contabilística, são a Gestão /Administração pois são estes que tomam decisões e avaliam quais os riscos dessas mesmas decisões perante as DF que lhes são apresentadas e em segundo os Mesários/ Irmandade/ Associados, porque querem informações sob de que forma os fundos e donativos são aplicados nas atividades desenvolvidas.

É possível concluir que as principais características do SNC-ESNL a que os inquiridos dão importância, diz respeito à Relevância, Fiabilidade e Objetividade, significa isto que os provedores/ vice-provedores/ secretários e mesários, consideram que o Sistema de Normalização Contabilístico para as Entidades do Setor não Lucrativo, é relevante pressupondo que a informação fornecida nas DF tem importância nas tomadas de decisão, fiável, sendo isento de erros, pois dá informação financeira atualizada sobre o estado das instituições e objetiva uma vez que assume uma posição verdadeira.

Enquanto instrumento de gestão verificou-se que, quanto mais elevado o cargo na mesa maior a importância que atribuem as DF. Verifica-se também que o tempo de funções na mesa administrativa influencia o grau de dificuldade de interpretação das DF, quantos mais anos de mesa, menor a dificuldade em interpretar.

Nas Misericórdias com menos de 100 funcionários, as de menor dimensão, verifica-se que a informação financeira é pedida mensalmente ou trimestralmente em maior número de inquiridos, existindo também um grau entre o baixo e o moderado mais evidente. Verifica-se ainda que apenas um inquirido solicita informação financeira anualmente e que tem um grau alto de dificuldade de interpretação o que pode justificar a regularidade. Por outro lado, as Misericórdias com mais de 100 funcionários solicitam, a grande maioria, a informação financeira mensalmente e metade dos inquiridos não tem dificuldade em interpretar as DF, mas também há quem tenha dificuldade de baixo grau, moderado ou alto. Ao analisar os dados tratados, e apesar de não ser conclusivo, verifica-se que a dimensão da Misericórdia pode estar relacionado com a regularidade com que solicita a informação financeira e conseqüentemente o grau de interpretação das DF. Assim, as Misericórdias de maior dimensão solicitam mais vezes as DF e tem uma menor dificuldade na sua interpretação, podendo dever-se ao facto de apresentarem um volume de negócio maior.

Os resultados obtidos, no cruzamento das questões A Contabilidade é efetuada de que forma VS Qual o grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão, verifica-se que as Misericórdias de menor dimensão tendem a recorrer a serviços externos para realizarem a sua contabilidade sendo que o grau de importância que atribuem as DF enquanto instrumento de gestão é entre moderado a alto. Por outro lado, as Misericórdias de maior dimensão, efetuam todas a sua contabilidade internamente sendo que atribuem um grau alto de importância das DF enquanto instrumento de gestão.

De um modo geral, é internamente onde se verifica uma maior importância sobre o controlo financeiro, principalmente nos cargos de gestão ou administração, pois vão buscar informação e diretrizes de como gerir e administrar recursos, é dada importância às DF nas tomadas de decisão, pois permite tomar decisões com maior segurança, prevendo situações a encontrar futuramente, é normal e tal como visto, que um maior contacto com as DF possibilita uma maior compreensão das mesmas, auxiliando de melhor forma a tomada de decisões, tal como é normal o facto de quanto maior a instituição maior a regularidade da solicitação da informação financeira pois existem mais situações a controlar. Em relação à questão de partida “Qual a importância das demonstrações financeiras, nas tomadas de decisões a nível da gestão, nas Misericórdias do distrito de Viseu?”, conseguiu verificar-se que as DF são utilizadas enquanto instrumento de gestão, os membros da mesa, consideram importante a análise dos mapas financeiros para tomarem decisões futuras.

Identificou-se uma grande lacuna, a nível de revisão de literatura, no que diz respeito a estudos do género em Portugal. A presente pesquisa, revela-se pertinente e adequada para o desenvolvimento do tema bem como para as áreas da contabilidade e gestão, visto que fornece dados para uma melhor compreensão sobre a importância das DF para as Misericórdias, uma vez que os inquiridos consideram importante a atuação do SNC para as ESNL.

A maioria dos estudos existentes dizem respeito ao setor empresarial, sendo que este tem tendência para aumentar a produção diminuindo os custos, já o terceiro setor tem o seu foco no interesse público e nos serviços que pode proporcionar à sociedade. Posto isto, verificam-se alguns estudos que têm por base a mesma ordem de trabalho, quando verificada a questão da contabilidade efetuada dentro ou fora da Misericórdia (de maior ou menor dimensão), concluímos que as de menor dimensão efetuam contabilidade recorrendo a entidades externas e por isso atribuem menos importância às DF, o mesmo se verifica no estudo de Santos, 2015, que diz que empresas de menor dimensão recorrem a entidades exteriores para efetuar a contabilidade. Segundo o estudo que, Cepêda 2017, realizou, as DF que os inquiridos mais atribuíram importância foi o Balanço e a Demonstração de Resultados por Natureza, o mesmo se pode verificar no presente estudo. Quanto aos utilizadores, pode verificar-se que estudos como, Santos (2015), Serrasqueiro e Nunes (2004), identificam a Gestão/ Administração como os utilizadores que mais privilegiam as Demonstrações Financeira, o que corrobora os resultados deste estudo.

Este estudo tornou-se pertinente pois dá a conhecer a visão dos membros da mesa administrativa bem como a importância, o grau de dificuldade e a utilidade enquanto instrumento de gestão nas Misericórdias. O estudo demonstrou que é necessário aprofundar o tema em Portugal pois os estudos efetuados são escassos.

Como a maioria dos estudos, este também apresenta limitações a nível da dimensão da amostra, uma vez que foi utilizada uma amostra por conveniência, ou seja, limita posteriormente os resultados obtidos e a representatividade da amostra. Outra limitação deveu-se ao facto dos inquéritos não terem sido aplicados pessoalmente, o que poderá ter originado dúvidas nas questões respondidas e poderá ter existido um desinteresse nas respostas e falta de motivação por desconhecimento de alguma questão abordada. Uma vez que os inquéritos foram efetuados via “*Google Forms*”, originou um contratempo, pois apesar das várias solicitações através de *emails* e telefonemas, efetuados diariamente, muitas das instituições demoraram a dar resposta. A nível de futuros estudos, considera-se extremamente importante a recolha de dados presencialmente, pelo investigador, uma vez que é mais fácil explicar melhor o estudo bem como as questões inseridas no inquérito, contribuindo positivamente para a recolha de dados. Sugere-se para propostas de investigação futuras, o alargamento da dimensão do estudo, a nível geográfico, a todas as Misericórdias do país, para que fosse um estudo com mais representatividade no universo. Sugere-se também quanto a linhas de investigação futura, o relato não financeiro, evidenciando os montantes de subsídios atribuídos a estas entidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antunes, s. (2018 a). i - a metodologia de investigação em ciências naturais - sessão 4. Lamego: autor.

Antunes, s. (2018 b). Caderno de diapositivos: iv - a análise e interpretação de dados - sessão 13. Lamego: autor.

Antunes, s. (2018 c). Caderno de diapositivos: ii - o processo de investigação científica - sessão 10. Lamego: autor.

[Online] / autor Município de Viseu // Câmara Municipal de Viseu. - <http://www.cm-viseu.pt/index.php/diretorio/viseu-patrimonio>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Armamar. - <https://scmarmamar.com/>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Lamego. - <http://www.scmlamego.pt/home/>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Moimenta da Beira. - <https://scmmoimenta.pt/>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia do Carreal do Sal. - <http://misericordiacarregaldosal.com/>.

[Online] / autor Santa Casa Da Misericórdia de Cinfães. - <https://scmcinfaes.pt/servicos/comunidade/uldm>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Mangualde. - <http://www.scmangualde.pt/>.

[Online] / autor Misericórdia da Nossa Senhora dos Milagres. - <http://mnsm-oliveirafrades.pt/>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Penela. - <https://www.scmpenela.pt/index.php>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Santa Comba Dão. - <http://scmscdao.pt/index.php>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo. - <http://www.scmpc.pt/>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Resende. - <https://patrimonio30.wixsite.com/sitescmr>.

[Online] / autor Santa Casa Da Misericórdia de Santar. - <http://www.scmsantar.com/>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Santar. - <http://www.scmsantar.com/>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Santo António de São Pedro do Sul. - <http://mssql.com.pt/>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Tarouca. - <https://www.scmtarouca.org/>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Tabuaço. - <http://scmtabuaco.pt/>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Tondela. - <http://scmtondela.pt/site/>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Sernancelhe. - <https://misericordiaadesernancelhe.weebly.com/>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Viseu. - <http://www.scmviseu.com/>.

[Online] / autor Misericórdia Vale de Besteiros. - <http://misericordiavalebesteiros.pt/>.

[Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Vouzela. - <http://scmvouzela.pt/patrimonio/>.

A aplicação do SNC nas Microentidades / autor Silva Ana. - [s.l.] : IP Tomar.

A Contabilidade Analítica ou de Custos no Setor público Administrativo [Artigo] / autor Carvalho Costa e Macedo. - [s.l.] : Revista TOC, 2008. - pp. 30-41.

A economia Social na União Europeia [Artigo] / autor CIRIEC. - 2007.

A História do Sistema de Informação Contabilística duma Autoridade Poruária Portuguesa / autor Sousa Cláudia. - Porto : [s.n.], 2016.

A relevância e a utilidade das demonstrações financeiras: a Perceção dos gestores do PME [Relatório] / autor Santos Mónica. - [s.l.] : ISCAL, 2014.

Aspetos contabilísticos e fiscais das entidades de setor não lucrativo / autor Pereira Liliana e Silva Maria.

Compromisso de cooperação para o Setor Social e Solidário / autor Segurança Social. - 2019.

Decreto Lei n.º192/2015 Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas [Artigo] / autor Portugal. - 2015.

Decreto-Lei nº 36-A / 2011 - Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo [Online] / autor Portugal. - 2011. - <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/117639402/201906162219/73654341/element/diploma/2>.

Diário da República Eletrónico [Online] / autor Portugal. - <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/647296/details/normal>.

Diário da República Eletrónico [Online] / autor Portugal. - 2015. - <https://dre.pt/home/-/dre/67356342/details/maximized>.

Entidades do Setor Não Lucrativo: comparação entre / autor Ferreira Andreia. - Aveiro : [s.n.], 2012.

Guia Prático - Orçamento e Contas de Instituições Particulares de Solidariedade Social / autor Segurança Social. - 2021.

História Breve das Misericórdias Portuguesas / autor Guimarães Isabel dos e Lopes Maria. - Julho de 2018.

História Breve das Misericórdias Portuguesas (1948-200)) / autor Lopes Isabel dos Guimarães Sá e Maria Antónia. - [s.l.] : Estado da Arte.

Lei nº 8/90 de 20 de Fevereiro - Bases da Contabilidade Pública / autor Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público.

Metodologia da Investigação em Ciências Humanas [Livro] / autor Deshaies Bruno. - [s.l.] : Instituto Piaget, 1992.

Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática [Livro] / autor Coutinho Clara. - Coimbra : Almedina, 2011.

Misericórdia de Castro Daire [Online] / autor Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire. - 2014. - <https://www.scmcastrodaire.com/student-life>.

Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo [Livro] / autor Gomes João e Pires Jorge. - Porto : Vida Económica, Editora S.A, 2014.

OS EFEITOS E IMPLICAÇÕES DA ACTUAL REFORMA CONTABILÍSTICA (SNC) / autor Pires Amélia. - Bragança : [s.n.].

SNS e IPSS: Os novos acordos de gestão e cooperação [Relatório] / autor Oliveira Silvie. - Braga : Universidade do Minho, 2016.

ANEXOS

Inquérito por Questionário para Dissertação de Mestrado

O presente estudo integra a dissertação de mestrado em Gestão de Organizações Sociais pelo Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego. Apresenta como foco a gestão financeira e o uso e importância das demonstrações financeiras. Os dados recolhidos serão apenas usados e trabalhados no âmbito da dissertação de mestrado, estando assegurada a sua total confidencialidade. Por favor, leia com atenção todas as perguntas. Agradecemos a sua colaboração!

*Obrigatório

1. 1. Indique o concelho da unidade que representa: *

Marcar apenas uma oval.

- Armamar
- Carregal do Sal
- Castro Daire
- Cinfães
- Lamego
- Mangualde
- Moimenta da Beira
- Mortágua
- Oliveira de Frades
- Penalva do Castelo
- Penela da Beira
- Resende
- Santa Comba Dão
- Santar
- Canas de Senhorim
- São Pedro do Sul
- São João da Pesqueira
- Sernancelhe
- Tabuaço
- Tarouca
- Tondela
- Vale de Besteiros
- Viseu
- Vouzela

2. 2. Qual ou quais as respostas sociais em que a organização atua? (selecione todas as respostas sociais em funcionamento atualmente) *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Creche
- Jardim-de-Infância
- Pré-Escolar
- Centro de Atividades Ocupacionais
- Centro de Atividades de Tempos Livres
- Centro de Acolhimento Temporário
- Rede Local de Intervenção Social
- Centro Local de Desenvolvimento Social
- Rendimento Social de Inserção
- Cantina Social
- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- Unidade de Cuidados Continuados
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Residência Autónoma
- Apoio em Regime Ambulatório

Outra: _____

3. 3. Indique o número total de colaboradores *

4. 4. Indique o número de colaboradores que tem um vínculo contratual de tipologia: A Termo. *

5. 4.1 - Indique o número de colaboradores que tem um vínculo contratual de tipologia: Sem Termo. *

6. 4.1 - Indique o número de colaboradores que tem um vínculo contratual de tipologia: Trabalhadores Independentes: *

7. 4.3 - Indique o número de colaboradores que tem um vínculo contratual de tipologia: Estagiários. *

8. 4.4 - Indique o número de colaboradores que tem um vínculo contratual de tipologia: Programas do IIEFP. *

9. 4.5 - Indique o número de colaboradores que tem um vínculo contratual de tipologia: Voluntários? *

Caracterização do Inquirido

10. 5. Indique o seu género. *

Marcar apenas uma oval.

Feminino

Masculino

11. 6. Indique a sua idade. *

Marcar apenas uma oval.

Menos de 30 anos

Entre 30 e 39 anos

Entre 40 e 50 anos

Mais de 50 anos

12. 7. Indique qual o grau mais elevado da sua formação académica. *

Marcar apenas uma oval.

- 1º Ciclo *Avançar para a pergunta 14*
- 2º Ciclo *Avançar para a pergunta 14*
- 3º Ciclo *Avançar para a pergunta 14*
- Secundário ou Equivalente *Avançar para a pergunta 14*
- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

Caracterização do Inquirido (Área de Formação)

13. 8. Indique a área de formação académica: *

Marcar apenas uma oval.

- Ciências Sociais e Comportamentais
- Ciências Empresariais
- Ciências Informáticas
- Direito
- Humanidades
- Saúde
- Serviços Sociais
- Outro

Caracterização do Inquirido

14. 9. Tem formação complementar na área da gestão/economia? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

15. 10. Qual o cargo que ocupa na Mesa Administrativa? *

Marcar apenas uma oval.

- Provedor
- Vice-Provedor
- Secretário
- Vogal

16. 11. Há quanto tempo desempenha funções na Mesa Administrativa? *

Marcar apenas uma oval.

- Inferior a 1 ano
- Entre 1 a 2 anos
- Superior a 3 anos ou inferior a 5
- Superior a 5 anos

[Avançar para a pergunta 17](#)

Informação Financeira

17. 12. A contabilidade é efetuada: *

Marcar apenas uma oval.

- Internamente (na Própria organização e com recursos próprios)
- Externamente (por entidades externas)

18. 13. Com que regularidade solicita informações financeiras? *

Marcar apenas uma oval.

- Mensalmente
- Trimestralmente
- Semestralmente
- Anualmente

19. 14. Na sua opinião, indique, as três principais características, do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Relevância
- Fiabilidade
- Comparabilidade
- Compreensibilidade
- Materialidade
- Oportunidade
- Objetividade

20. 15. Na sua opinião qual o grau de importância que atribui às demonstrações financeiras em geral, enquanto instrumento de gestão? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Nenhum
- 2 - Baixo
- 3 - Moderado
- 4 - Alto

21. 16. Qual o grau de dificuldade na interpretação da Informação Financeira contida nas Demonstrações Financeiras? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Nenhum
- 2 - Baixo
- 3 - Moderado
- 4 - Alto

22. 17. Na sua opinião, qual o grau de importância que atribui a cada uma das demonstrações financeiras. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 - Nenhuma	2 - Baixa	3 - Moderada	4 - Alta	5 - Muito Alta
Balanço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstração de Resultados por Natureza	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstração de Resultados por Funções	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstração de Alteração de Fundos Patrimoniais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Anexos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

23. 18. As demonstrações financeiras apresentam diversos utilizadores. Na sua opinião, indique a importância que cada um deles atribui às demonstrações financeiras? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 - Nenhuma	2 - Baixa	3 - Moderada	4 - Alta	5 - Muito Alta
Gestão/ Administração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Colaboradores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Clientes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Público em Geral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fornecedores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mesários/ Irmandade/ Associados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mutuários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

24. 19. Quando necessito de informação financeira: *

Marcar apenas uma oval.

- aguardo que me seja enviada.
- Solicito-a.

25. 20. Qual a importância que atribui ao facto do processo de prestação de contas, ser publicado no Web Site ? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não discordo nem concordo
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

26. 21. Na sua opinião qual a importância, do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo (SNC - ENSL), no processo de prestação de contas da misericórdia ? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Nenhuma
- 2 - Baixa
- 3 - Moderada
- 4 - Alta
- 5 - Muito Alta

27. 22. Considera uma mais valia o contributo do Revisor Oficial de Contas (ROC) no processo de Prestação de contas? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Nenhuma
- 2 - Baixa
- 3 - Moderada
- 4 - Alta
- 5 - Muito Alta

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

APÊNDICES

Dados obtidos - análise realizada no software IBM SPSS Statistics, versão 27

Tabelas de Frequência

Tabela 24 - Número de respostas recolhidas no total

Concelho em que a Misericórdia se insere					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	A	1	4,8	4,8	4,8
	B	1	4,8	4,8	9,5
	C	1	4,8	4,8	14,3
	D	1	4,8	4,8	19,0
	E	1	4,8	4,8	23,8
	F	1	4,8	4,8	28,6
	G	1	4,8	4,8	33,3
	H	1	4,8	4,8	38,1
	I	1	4,8	4,8	42,9
	J	1	4,8	4,8	47,6
	K	1	4,8	4,8	52,4
	L	1	4,8	4,8	57,1
	M	1	4,8	4,8	61,9
	N	1	4,8	4,8	71,4
	O	1	4,8	4,8	76,2
	P	1	4,8	4,8	81,0
	Q	1	4,8	4,8	85,7
	R	1	4,8	4,8	90,5
	S	1	4,8	4,8	95,2
	T	1	4,8	4,8	100,0
		Total	21	100,0	100,0

Fonte: Obtido através da análise no software IBM SPSS Statistics, versão 27

Tabela 25 - Resposta Social Creche

Resposta social Creche					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	15	71,4	71,4	71,4
	Não	6	28,6	28,6	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 26 - Resposta Social Jardim de Infância

Resposta Social Jardim de Infância					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	4	19,0	19,0	19,0
	Não	17	81,0	81,0	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 27 - Resposta Social Pré-escolar

Resposta Social Pré-escolar					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	9	42,9	42,9	42,9
	Não	12	57,1	57,1	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 28 - Resposta Social Centro de Atividades Ocupacionais

Resposta Social Centro de Atividades Ocupacionais					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	3	14,3	14,3	14,3
	Não	18	85,7	85,7	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 29 - Resposta Social Atividades de Tempo Livre

Resposta Social Atividades de Tempo Livre					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Sim	5	23,8	23,8	23,8
	Não	16	76,2	76,2	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 30 - Resposta Social Centro de Acolhimento Temporário

Resposta Social Centro de Acolhimento Temporário					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Sim	2	9,5	9,5	9,5
	Não	19	90,5	90,5	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 31 - Resposta Social Centro Local de Desenvolvimento

Resposta Social Centro Local de Desenvolvimento					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Sim	2	9,5	9,5	9,5
	Não	19	90,5	90,5	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 32 - Resposta Social Cantina Social

Resposta Social Cantina Social					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Sim	14	66,7	66,7	66,7
	Não	7	33,3	33,3	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 33 - Resposta Social Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas

Resposta Social Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	20	95,2	95,2	95,2
	Não	1	4,8	4,8	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 34 - Resposta Social Unidade de Cuidados Continuados Integrados

Resposta Social Unidade de Cuidados Continuados Integrados					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	9	42,9	42,9	42,9
	Não	12	57,1	57,1	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 35 -Resposta Social Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta Social Serviço de Apoio Domiciliário					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	15	71,4	71,4	71,4
	Não	6	28,6	28,6	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 36 - Resposta Social Residência autónoma

Resposta Social Residência autónoma					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	1	4,8	4,8	4,8
	Não	20	95,2	95,2	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 37 - Resposta Social Apoio em regime ambulatorio

Resposta Social Apoio em regime ambulatorio					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Não	21	100,0	100,0	100,0

Fonte: Obtido através da análise no software IBM SPSS Statistics, versão 27

Tabela 38 - Resposta Social Rendimento Social de Inserção

Resposta Social Rendimento Social de Inserção					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	6	28,6	28,6	28,6
	Não	15	71,4	71,4	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no software IBM SPSS Statistics, versão 27

Tabela 39 - Resposta Social Rede local de inserção

Resposta Social Rede local de inserção					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	2	9,5	9,5	9,5
	Não	19	90,5	90,5	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no software IBM SPSS Statistics, versão 27

Tabela 40 - Resposta Social "Outra"

Resposta Social "Outra"					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	7	33,3	33,3	33,3
	Não	14	66,7	66,7	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no software IBM SPSS Statistics, versão 27

Tabela 41 – Número total de Colaboradores

Estatística Descritiva					
	N	Mínimo	Máximo	Média	Erro Desvio
Número total de colaboradores	21	31	391	120,10	83,696
N válido (de lista)	21				

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 42 - Tipologia de Contratos

Estatística Descritiva					
	N	Mínimo	Máximo	Média	Erro Desvio
Tipologia de Contrato: A termo	21	0	60	14,81	16,506
Tipologia de Contrato: Sem termo	21	20	361	97,52	79,115
Tipologia de Contrato: Trabalhadores independentes	21	0	39	7,10	9,121
Tipologia de Contrato: Estagiários	21	0	5	1,19	1,504
Tipologia de Contrato: IAFP	21	0	50	10,19	13,765
Tipologia de Contrato: Voluntários	21	1	12	2,29	2,723
N válido (de lista)	21				

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 43 - Idade do Inquirido

Idade do Inquirido					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Menos de 30 anos	1	4,8	4,8	4,8
	Entre 30 e 39 anos	7	33,3	33,3	38,1
	Entre 40 e 50 anos	3	14,3	14,3	52,4
	Mais de 50 anos	10	47,6	47,6	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 44 - Grau mais elevado de formação acadêmica

Grau mais elevado de formação acadêmica					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Secundário ou Equivalente	5	23,8	23,8	23,8
	Bacharelato	2	9,5	9,5	33,3
	Licenciatura	9	42,9	42,9	76,2
	Mestrado	5	23,8	23,8	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 45 - Área de Formação Académica

Área de Formação Académica					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Ciências Sociais e Comportamentais	5	23,8	31,3	31,3
	Ciências Empresariais	1	4,8	6,3	37,5
	Humanidades	1	4,8	6,3	43,8
	Saúde	2	9,5	12,5	56,3
	Serviços Sociais	1	4,8	6,3	62,5
	Outros	6	28,6	37,5	100,0
	Total	16	76,2	100,0	
Omiss o	Sistema	5	23,8		
Total		21	100,0		

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 46 - Formação Complementar na área da Gestão e Economia

Formação Complementar na área da Gestão e Economia					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	13	61,9	61,9	61,9
	Não	8	38,1	38,1	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 47 - Cargo que ocupa na Mesa Administrativa

Qual o cargo que ocupa na Mesa Administrativa					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Provedor	10	47,6	47,6	47,6
	Vice-Provedor	2	9,5	9,5	57,1
	Secretário	4	19,0	19,0	76,2
	Vogal	5	23,8	23,8	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 48 - Há quanto tempo ocupa funções na Mesa Administrativa

Há quanto tempo ocupa funções na Mesa Administrativa					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Inferior a 1 ano	2	9,5	9,5	9,5
	Entre 1 a 2 anos	2	9,5	9,5	19,0
	Superior a 3 anos ou inferior a 5	10	47,6	47,6	66,7
	Superior a 5 anos	7	33,3	33,3	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 49 - Característica do SNC-ESNL - Relevância

Três principais características do SNC-ESNL - Relevância					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Sim	17	81,0	81,0	81,0
	Não	4	19,0	19,0	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Três principais características do SNC-ESNL - Fiabilidade					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Sim	15	71,4	71,4	71,4

	Não	6	28,6	28,6	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Tabela 50 - Característica do SNC - ESNL – Fiabilidade

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 51 - Característica do SNC - ESNL - Comparabilidade

Três principais características do SNC-ESNL - Comparabilidade					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	7	33,3	33,3	33,3
	Não	14	66,7	66,7	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 52 - Característica do SNC - ESNL - Compreensibilidade

Três principais características do SNC-ESNL - Compreensibilidade					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	6	28,6	28,6	28,6
	Não	15	71,4	71,4	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 53 - Característica do SNC - ESNL - Materialidade

Três principais características do SNC-ESNL - Materialidade					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	2	9,5	9,5	9,5
	Não	19	90,5	90,5	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 54 - Característica do SNC - ESNL - Oportunidade

Três principais características do SNC-ESNL - Oportunidade					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	3	14,3	14,3	14,3
	Não	18	85,7	85,7	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics*, versão 27

Tabela 55 - Característica do SNC - ESNL - Objetividade

Três principais características do SNC-ESNL - Objetividade					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Sim	12	57,1	57,1	57,1
	Não	9	42,9	42,9	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics*, versão 27

Tabela 56 - Grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão

Qual o grau de importância das DF enquanto instrumento de Gestão?					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Moderado	2	9,5	9,5	9,5
	Alto	19	90,5	90,5	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics*, versão 27

Tabela 57 - Grau de dificuldade da interpretação das DF

Qual o grau de dificuldade da interpretação das DF?					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Nenhum	7	33,3	33,3	33,3
	Baixo	7	33,3	33,3	66,7
	Moderado	5	23,8	23,8	90,5
	Alto	2	9,5	9,5	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics*, versão 27

Tabela 58 - Grau de importância da DF - Balanço

Qual o grau de importância da DF - Balanço?					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Moderada	3	14,3	14,3	14,3
	Alta	6	28,6	28,6	42,9
	Muito Alta	12	57,1	57,1	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics*, versão 27

Tabela 59 - grau de importância da DF - DRN

Qual o grau de importância da DF - DRN					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Moderada	1	4,8	4,8	4,8
	Alta	7	33,3	33,3	38,1
	Muito Alta	13	61,9	61,9	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 60 - Grau de importância da DF - DRF

Qual o grau de importância da DF - DRF?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Moderada	1	4,8	4,8	4,8
	Alta	11	52,4	52,4	57,1
	Muito Alta	9	42,9	42,9	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 61 - Grau de importância da DF - DFC

Qual o grau de importância da DF - DFC?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Moderada	3	14,3	14,3	14,3
	Alta	11	52,4	52,4	66,7
	Muito Alta	7	33,3	33,3	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 62 - grau de importância da DF - Alteração de fundos patrimoniais

Qual o grau de importância da DF - Alteração de fundos patrimoniais?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Moderada	5	23,8	23,8	23,8
	Alta	11	52,4	52,4	76,2
	Muito Alta	5	23,8	23,8	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 63 - Grau de importância dos Anexos

Qual o grau de importância dos Anexos?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Moderada	4	19,0	19,0	19,0
	Alta	13	61,9	61,9	81,0
	Muito Alta	4	19,0	19,0	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 64 - Importância das DF para a Administração

Importância das DF para a Administração					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Moderada	1	4,8	4,8	4,8
	Alta	5	23,8	23,8	28,6
	Muito Alta	15	71,4	71,4	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 65 - Importância das DF para os colaboradores

Importância das DF para os colaboradores					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Nenhuma	1	4,8	4,8	4,8
	Baixa	6	28,6	28,6	33,3
	Moderada	6	28,6	28,6	61,9
	Alta	6	28,6	28,6	90,5
	Muito Alta	2	9,5	9,5	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 66 - Importância das DF para os clientes

Importância das DF para os clientes					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido	Nenhuma	2	9,5	9,5	9,5
	Baixa	4	19,0	19,0	28,6

	Moderada	7	33,3	33,3	61,9
	Alta	5	23,8	23,8	85,7
	Muito Alta	3	14,3	14,3	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 67 - Importância das DF para o público em geral

Importância das DF para o público em geral					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Nenhuma	2	9,5	9,5	9,5
	Baixa	7	33,3	33,3	42,9
	Moderada	4	19,0	19,0	61,9
	Alta	6	28,6	28,6	90,5
	Muito Alta	2	9,5	9,5	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 68 - Importância das DF para os fornecedores

Importância das DF para os fornecedores					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nenhuma	2	9,5	9,5	9,5
	Baixa	3	14,3	14,3	23,8
	Moderada	5	23,8	23,8	47,6
	Alta	6	28,6	28,6	76,2
	Muito Alta	5	23,8	23,8	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 69 - Importância das DF para os Mesários

Importância das DF para os Mesários					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Baixa	1	4,8	4,8	4,8
	Moderada	5	23,8	23,8	28,6
	Alta	7	33,3	33,3	61,9
	Muito Alta	8	38,1	38,1	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 70 - Importância das DF para os Mutuários

Importância das DF para os Mutuários					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Nenhuma	4	19,0	19,0	19,0
	Baixa	6	28,6	28,6	47,6
	Moderada	3	14,3	14,3	61,9
	Alta	5	23,8	23,8	85,7
	Muito Alta	3	14,3	14,3	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 71 - Mais-valia o contributo do ROC no processo de prestação de contas

Considera uma mais-valia o contributo do ROC no processo de prestação de contas					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Moderada	2	9,5	9,5	9,5
	Alta	8	38,1	38,1	47,6
	Muito Alta	11	52,4	52,4	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

Tabela 72 - Importância do SNC_ESNL na prestação de contas da Misericórdia

Qual a importância do SNC_ESNL na prestação de contas da Misericórdia					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Baixa	1	4,8	4,8	4,8
	Moderada	4	19,0	19,0	23,8
	Alta	7	33,3	33,3	57,1
	Muito Alta	9	42,9	42,9	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Obtido através da análise no *software IBM SPSS Statistics, versão 27*

